

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GABRIELLE DAGOSTIM

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: SEDE SICREDI, ESPAÇOS DE
DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS**

CASCATEL
2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GABRIELLE DAGOSTIM

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: SEDE SICREDI, ESPAÇOS DE
DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual, como
requisito parcial para a aprovação na
disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professor Orientador: Arq. Me. Moacir José
Dalmina Junior

Professor coorientador: Arq. Dr. Fúlvio
Natércio Feiber

CASCADEL
2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GABRIELLE DAGOSTIM

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: SEDE SICREDI, ESPAÇOS DE
DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Arq. Me. Moacir José Dalmina Junior e coorientação de Arq. Dr. Fúlvio Natércio Feiber.

BANCA EXAMINADORA

Moacir José Dalmina Junior
Centro Universitário Assis Gurgacz
Mestre

Fúlvio Natércio Feiber
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Doutor

Andressa Carolina Ruschel
Centro Universitário Assis Gurgacz
Mestre

Cascavel/PR, 22 de maio de 2018

RESUMO

O conteúdo deste trabalho refere-se ao embasamento teórico e ao estudo inicial projetual de um edifício corporativo para o município de Medianeira. Situada na região oeste do Paraná, Medianeira encontra-se em um ponto estratégico entre duas cidades de grande potencial, Cascavel e Foz do Iguaçu. Dentre as empresas estabelecidas na área, a Cooperativa Sicredi recebe destaque pela sua trajetória que vem desde 1983 evoluindo junto ao município. Diante disso, a presente pesquisa objetiva compreender e embasar o projeto arquitetônico da nova sede da Sicredi Vanguarda que hoje é responsável por administrar agências do estado do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Através do suporte teórico, análise de correlatos e indicação das diretrizes necessárias, será possível apresentar um anteprojeto do tema proposto, o qual além do planejamento dos espaços de trabalho da instituição, busca, seguindo os lemas de cooperação, espaços acessíveis à comunidade destinados à arte e à cultura, favorecendo uma melhor relação entre a empresa e a sociedade em que está inserida. O edifício também agregará espaços públicos urbanos e áreas verdes, gerando uma revitalização na paisagem urbana e propiciando novos pontos de convívio social e cultural para os cidadãos. O estudo busca a melhor resolução para o problema apresentado, além de incentivar a efetivação de questões socioculturais em projetos de iniciativa privada.

Palavras chave: Arquitetura. Paisagem. Cultura. Convívio social. Cooperativa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização de Medianeira no Paraná/BR	22
Figura 02 – O edifício sede do Banco Intesa SanPaolo	32
Figura 03 – Corte esquemático do edifício	33
Figura 04 – Volume inferior do edifício (público/privado)	33
Figura 05 – Volume superior do edifício (público/privado)	34
Figura 06 – A forma do edifício	34
Figura 07 – O edifício destacado na paisagem de Turim, Itália	35
Figura 08 – Diagrama apresentando a tecnologia implantada na fachada do edifício	35
Figura 09 – Planta baixa térreo com entorno	36
Figura 10 – O edifício Berrini One	37
Figura 11 – A divisão do edifício	37
Figura 12 – Pavimento-tipo da Zona 1/Baixa	38
Figura 13 – Pavimento-tipo da Zona 2/Média	38
Figura 14 – Pavimento-tipo da Zona 3/Alta	38
Figura 15 – Volumetria do edifício conceituada na inserção do terreno	39
Figura 16 – Os jardins entorno do edifício	40
Figura 17 – O edifício de escritórios Faria Lima Square	41
Figura 18 – O edifício Faria Lima Square Offices e o entorno	42
Figura 19 – Representação do pavimento-tipo	42
Figura 20 – Volumetria do edifício	43
Figura 21 – A fachada estreita da edificação	44
Figura 22 – Entrada do edifício	45
Figura 23 – A implantação do edifício	45
Figura 24 – O terreno situado em Medianeira/Pr	47
Figura 25 – Corte esquemático do desnível do terreno	48
Figura 26 – O terreno com as ruas do entorno e os sentidos de fluxo	48
Figura 27 – Proximidade às áreas de interesse	49
Figura 28 – Vista da Rua Santa Catarina esquina com rua Rio Branco	49
Figura 29 – Vista da Rua Santa Catarina	50
Figura 30 – Vista da Rua Argentina	50

Figura 31 – Vista da Avenida Pedro Soccol	50
Figura 32 – Fluxograma Térreo	56
Figura 33 – Fluxograma 1º Pavimento	57
Figura 34 – Fluxograma 2º Pavimento	57
Figura 35 – Fluxograma 3º Pavimento	58
Figura 36 – Fluxograma 4º Pavimento	58
Figura 37 – Fluxograma 5º, 6º e 7º Pavimentos	59
Figura 38 – Fluxograma 8º Pavimento	59
Figura 39 – Fluxograma 9º Pavimento	60
Figura 40 – Fluxograma 10º Pavimento	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Programa de necessidades	52
--	----

LISTA DE SIGLAS

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

PR – Paraná

SP – São Paulo

RJ – Rio de Janeiro

BR – Brasil

BANSICREDI – Banco Cooperativo Sicredi

CREDIFRONTEIRAS – Cooperativa de Crédito Rural Três Fronteiras Ltda

LED – *Light Emitting Diode*

LEED – *Leadership in Energy and Environmental Design*

VRF – Volume de Refrigerante Variável

NBR – Norma Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TÍTULO.....	11
1.2 ASSUNTO/ TEMA	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	13
1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.6.1 Objetivo Geral	13
1.6.2 Objetivos Específicos	13
1.7 MARCO TEÓRICO	14
1.8 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	14
 2 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS.....	16
2.1 CULTURA E ARTE	16
2.2 PAISAGEM URBANA.....	17
2.3 ÁREAS VERDES	18
2.4 A ARQUITETURA DOS ESPAÇOS DE TRABALHO	19
2.4.1 Ergonomia	20
 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA.....	22
3.1 BREVE HISTÓRICO DE MEDIANEIRA/PR	22
3.2 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	23
3.2.1 O incentivo à cultura e arte para o desenvolvimento humano.....	25
3.2.2 Responsabilidade social empresarial	26
3.3 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO	27
3.3.1 Paisagismo	28
3.4 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	29
3.4.1 A história da Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ	30
 4 CORRELATOS	32
4.1 EDIFÍCIO 1: SEDE DO BANCO INTESA SANPAOLO.....	32

4.1.1 Análise funcional Edifício 1	32
4.1.2 Análise formal Edifício 1	34
4.1.3 Análise técnica-construtiva Edifício 1.....	35
4.1.4 Análise paisagística Edifício 1	36
4.2 EDIFÍCIO 2: BERRINI ONE.....	36
4.2.1 Análise funcional Edifício 2	37
4.2.2 Análise formal Edifício 2	39
4.2.3 Análise técnica-construtiva Edifício 2.....	39
4.2.4 Análise paisagística Edifício 2	40
4.3 EDIFÍCIO 3: FARIA LIMA SQUARE OFFICES.....	41
4.3.1 Análise funcional Edifício 3	41
4.3.2 Análise formal Edifício 3	42
4.3.3 Análise técnica-construtiva Edifício 3.....	43
4.3.4 Análise paisagística Edifício 3	44
4.4 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS UTILIZADAS	46
5 DIRETRIZES PROJETUAIS	47
5.1 O TERRENO.....	47
5.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO	51
5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	51
5.4 FLUXOGRAMA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	69
APÊNDICE A – ANTEPROJETO	69
ANEXOS	70
ANEXO A – CONSULTA PRÉVIA	70
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS	71

INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito vem assumindo um lugar de destaque no Sistema Financeiro Nacional, em função do seu significativo crescimento nos últimos anos. No Brasil, sociedades cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, constituída para prestar serviços aos associados, cujo regime jurídico, atualmente, é instituído pela Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971 (FRANZ, 2006).

O presente trabalho dispõe da fundamentação teórica para a elaboração de um projeto arquitetônico de um edifício corporativo com o objetivo de suprir as demandas da instituição financeira envolvida, com adequada inserção no espaço urbano e com resoluções formais, tecnológicas e ambientes consistentes.

Tem-se como intuito apresentar o planejamento de espaços relacionados com uma visão contemporânea de ambiente de trabalho, considerando que a tecnologia da informação promoveu transformações nas estruturas dos escritórios. Além disso, a escala de valores presente na sociedade hoje condiciona novas exigências de qualidade para os espaços e para as atividades, trazendo uma forte relação de sensibilidade para com o ambiente de trabalho.

As revoluções tecnológicas que ocorrem com o passar do tempo geram mudanças que intervêm nas relações empresariais, assim como na geração de bens e serviços. No cenário atual, a importância de uma nova consciência e tomada de decisão se faz necessária nas organizações. As instituições financeiras possuem um papel importante por serem influentes na economia, e diante desse contexto é que se cria uma grande preocupação com a área social. A responsabilidade social surge buscando ampliar as possibilidades de investimento na comunidade, necessitando de um instrumento que valide o seu investimento e que seja para a sociedade uma forma transparente e capaz de deixar claras as ações sociais empresariais (CHAVES, 2010).

Sendo assim, busca-se oferecer junto ao edifício corporativo, um espaço cultural multifuncional e espaços públicos urbanos para maior convívio social, com isso a relação entre o público e o privado dialoga melhor com todas as esferas da sociedade, promove cidadania, reforça os direitos culturais e a liberdade de expressão de uma sociedade, tornando o negócio empresarial não apenas sustentável em relação ao planeta, mas, sobretudo em relação aos seres que o habitam.

O trabalho está desenvolvido e dividido em cinco capítulos para melhor compreensão da leitura.

Primeiramente será identificado do que se trata o trabalho, apresentando justificativas e objetivos para a elaboração do mesmo e descrevendo as bases e os métodos que serão utilizados na elaboração da pesquisa.

No segundo capítulo serão discutidos os aspectos gerais do trabalho, abordando os fundamentos sobre cultura e arte, paisagem urbana e áreas verdes, assim como também os princípios da ergonomia dentro da arquitetura dos espaços de trabalho, permitindo o esclarecimento de termos e conceitos relacionados ao tema que vem a ser debatido durante o decorrer deste estudo.

O terceiro capítulo apresentará um breve histórico da cidade de Medianeira, seguindo para a relação entre espaços públicos e privados, a importância do incentivo à cultura e à arte e compreendendo também a responsabilidade social empresarial. Irá relatar ainda sobre espaço público urbano, cooperativismo de crédito e a história da empresa em questão.

O quarto capítulo expõe as obras correlatas que revelam as intenções projetuais que serão desenvolvidas em técnicas construtivas, volumetria, funcionalidade, espacialidade e paisagismo e descreve as referências utilizadas com base nas análises.

O quinto capítulo aborda as diretrizes para o desenvolvimento projetual. Estas consistem em expor o terreno em que será trabalhada a proposta, com suas características e análises de entorno, topografia e clima, bem como o partido arquitetônico do projeto e representações do programa de necessidades e fluxograma.

1.1 TÍTULO

Sede Sicredi, espaços de desenvolvimento e experiências sociais e culturais.

1.2 ASSUNTO/TEMA

O assunto a ser abordado é a elaboração da proposta de um edifício corporativo que agrega espaço cultural e espaços públicos urbanos promovendo a responsabilidade social e incentivando a relação entre o público e o privado.

Nesta linha, o tema é o desenvolvimento do projeto arquitetônico da nova sede da Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ na cidade de Medianeira/PR.

1.3 JUSTIFICATIVA

A cooperativa vem desde 2004 em um ritmo acelerado de crescimento e expansão, com média de 20% ao ano. Em função da expansão das atividades, abertura de novas agências e o consequente crescimento do número de funcionários, hoje a cooperativa vive a situação da necessidade do espaço físico. Nesse contexto, a atual sede da Sicredi Vanguarda pode estar ficando obsoleta para suprir a demanda presente. Destarte, a instituição possui programas de responsabilidade social desconhecidas por grande parte da sociedade, pois não possuem a divulgação e o impacto que deveriam ter.

De acordo com o Plano Diretor de Medianeira (2007), a área cultural da cidade aponta a ausência de espaço físico para a oferta de cursos e a falta de equipamentos destinados ao resgate histórico e inventário cultural. Em vista da importância e dos benefícios da elevação do nível cultural e artístico da sociedade, percebe-se que ainda a cidade não possui um espaço adequado e multifuncional para promover e apoiar a execução de programas e eventos como os de caráter técnico-científico e artístico-cultural, com capacidade e públicos diversos.

A pesquisa e a proposta projetual têm como intenção apoiar e incentivar a implementação de questões socioculturais em projetos de iniciativa privada, gerando o aumento da discussão sobre o tema e, conseqüentemente, mostra a relevância acadêmico-científica como embasamento de futuros projetos voltados ao mesmo tema.

Por esses motivos, justifica-se a importância de um projeto de uma nova sede para a Cooperativa Sicredi em Medianeira/Pr, a qual estará em um local que comporte suas necessidades, ofereça serviços e atividades que adequem maior interação com a população, incentive a cultura na cidade e agregue intervenções para favorecer o urbanismo e o paisagismo público em seu entorno, favorecendo o convívio social e a relação público x privada.

1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A) Como resolver, através da arquitetura, as necessidades físicas da empresa para suprir seu crescimento e reforçar a responsabilidade social da mesma, proporcionando maior relação com a comunidade e trazendo melhor qualidade de vida?

1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

A) Acredita-se que a proposta da nova sede para a Sicredi Vanguarda garantirá à cooperativa espaços adequados e ergonômicos que correspondam ao seu crescimento, podendo também aumentar a qualidade nas atividades de trabalho, levando em consideração a demanda atual e o planejamento futuro.

B) Busca-se uma proposta projetual contemporânea à nova sede da instituição que traga uma revitalização na área implantada, demonstrando como a arquitetura pode ser um elemento transformador na cidade e beneficiando o entorno.

C) Uma nova sede à Sicredi propõe a formação de um edifício mais humanizado que buscará fortalecer a relação da empresa com seus funcionários e com a sociedade onde está inserida, através de espaços de convivência, áreas verdes, áreas de descanso e espaços culturais junto ao edifício corporativo de forma a incentivar a cultura e a arte e, assim, melhorar a qualidade de vida da população.

1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA

Seguidamente serão apresentados os objetivos gerais e específicos aguardados para este trabalho.

1.6.1 Objetivo Geral

Desenvolver o embasamento teórico e a proposta projetual de uma nova sede para a Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ na cidade de Medianeira/Pr.

1.6.2 Objetivos específicos

- A) Fundamentar o projeto proposto através de pesquisas bibliográficas;
- B) Analisar e apresentar obras correlatas;
- C) Identificar normas e diretrizes para a realização do projeto;

D) Atender ao programa de necessidades apresentado;

E) Propor um estudo preliminar de um projeto que possa suprir a demanda da empresa e possa oferecer um espaço sociocultural para a cidade.

1.7 MARCO TEÓRICO

A presente pesquisa será respaldada por diferentes autores, dentre eles Landim (2004, p. 37) que diz “a cidade não é um elemento estático. Esta se atualiza por meio da construção de novos espaços e em razão dos usos que são atribuídos aos lugares urbanos. Ela se vivifica mediante sua paisagem, estabelecida pelo indivíduo que percebe o espaço urbano”.

Zevi (1996, p.28) afirma que:

Se for pensado no espaço como sendo um personagem principal da Arquitetura é no mínimo natural, pois a Arquitetura não é somente arte, nem apenas figura de vida histórica ou de experiência de vida, vivenciada por cada pessoa; ela é, também, acima de tudo, o ambiente, o local, a cena, em que se vivencia a própria vida.

Pagnussatt (2004) diz em Guia do cooperativismo de crédito, p.13:

Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além de prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito de cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum.

Através da compreensão de cidade e espaço como local transformado e vivenciado por indivíduos, conclui-se que a arquitetura pode transparecer a identidade de uma sociedade. Complementando estes conceitos com os princípios de cooperativismo, tem-se a sociedade como elemento central, valorizando no espaço projetado suas experiências e valores.

1.8 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para responder ao problema apresentado, optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica. Ela será elaborada através de materiais como livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros. Ainda, complementando a pesquisa com um estudo inicial projetual seguiu-se a metodologia do processo de projeto arquitetônico.

Para Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Lakatos e Marconi (2003, p. 158) completam afirmando que a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

De acordo com Righetto (2007, p. 2), o desenvolvimento da progressão projetual, caracterizado pela busca de uma linearidade, pode ser descrito sinteticamente nas seguintes etapas: em um primeiro momento tem-se a definição do ‘Programa de Necessidades’, seguindo-se pelos ‘Croquis’ que descrevem o local onde será inserida a edificação, o partido a ser adotado e a viabilidade do programa. Quando uma solução geral é encontrada, coloca-se o estudo em escala, dimensionam-se todos os componentes e inicia-se o processo de comunicação do projeto. Esta etapa denomina-se ‘Anteprojeto’.

2 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

O presente estudo proporcionará diretrizes para elaboração de uma instituição privada corporativa. Busca-se compreender o impacto do projeto à qualidade de vida das pessoas, e em consequência a isso ao desenvolvimento do município. Para tal, neste capítulo foram apresentadas bases teóricas que fundamentam esse entendimento, através dos principais assuntos que serão abordados na proposta.

2.1 CULTURA E ARTE

A cultura é o legado histórico, emotivo e social de um povo, suas linguagens e códigos vivem em constante mutação; a arte é o auge da criatividade cultural e onde a cultura pode se reinventar. A arte não existe sem cultura, a cultura não se renova sem arte e a arte não se materializa se não for dirigida para um público. Um público que é ao mesmo tempo autor e fruto dessa mesma cultura (TRAVASSOS, 2014).

Segundo Bosi (2002, *apud* MARTINS, 2008) a cultura é originalmente “o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. Para Martins (2008), a arte se apresenta como uma expressão dos sentimentos humanos em um dado período, de acordo com o meio em que este está inserido e a forma como enxerga a si e a seus semelhantes. Neste contexto, o conceito de arte é muito influenciado por fatores culturais de onde o artista está introduzido.

De acordo com Barbosa (2001), é através das artes que temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não poderiam ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem.

É possível reconhecer o mundo em que se vive por meio da arte, pois ela permite fazer uma leitura dele. Partindo da própria cultura do indivíduo, ela lhe dá a oportunidade de participar da cultura local, fazendo uso de suas habilidades e participando das transformações locais. Neste ponto a arte começa a humanizar o homem, visto que por meio dela é possível antes de tudo, conscientizar (CAMARGO *et al.*, 2017).

Nota-se então, a eficiência de um espaço destinado à propagação de cultura e arte, tanto

para suprir a demanda do município na questão cultural quanto para incentivar projetos locais, tendo em vista a importância do maior conhecimento que cultura e a arte geram em um indivíduo.

Dessa maneira, quando uma instituição privada abre suas portas, fortalece sua relação com a sociedade, oferecendo espaços que também colaboram no convívio social da população. Esses espaços podem se estender além do edifício em si, conectando a relação interna x externa do edifício através de áreas verdes, colaborando para uma melhor qualidade de vida, uma paisagem urbana revitalizada e uma conscientização ambiental em meio ao centro urbano.

2.2 PAISAGEM URBANA

Dentre os espaços constituídos pelo homem, a forma mais importante é aquele referente ao espaço construído para seu uso mais constante e diário, o abrigo de seu grupo social, ou seja, as cidades. A cidade pode ser reconhecida somente por intermédio da sua paisagem urbana, e essa paisagem é resultante dos elementos econômicos, sociais e culturais que a produziram em um determinado tempo (LANDIM, 2004).

Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço em grande escala e só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. O *design* de uma cidade pode ser vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis. Só um controle parcial pode ser exercido sobre a sua forma, não há resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases (LYNCH, 1997).

Para Bonametti (2010), a paisagem urbana é uma mistura de arte, ciência e acaso, é onde se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as transformações socioeconômicas, representando a cidade. Entende-se que na sua construção, os seus critérios de organização são modificados de forma a atender aos novos estilos de vida que lhes são atribuídos.

O objetivo da reunião dos elementos que contribui para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, e enfim, por toda a natureza, é a de despertarem emoção ou interesse. Uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante do meio-ambiente (CULLEN, 1983).

Romero (2001) diz que a organização da paisagem no espaço acontece como resultado

de toda a atividade sensorial do homem, ela representa a mediação vital entre o homem e o ambiente e é criada como instrumento e linguagem pelos quais uma cultura se expressa.

De acordo com Landim (2004), a paisagem não é nem totalmente natural nem totalmente artificial, ela é resultado de uma transformação da natureza pelos seres humanos para servir às suas necessidades.

Segundo Peixoto (1996), a intervenção nas paisagens urbanas deve levar em consideração a evolução da sociedade e suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens, onde o atual convive com a decadência; o futuro, com a antiguidade; onde os vestígios e as lembranças estão presentes.

Concluindo que a paisagem urbana se altera de acordo com as transformações da cidade e sua sociedade, a implantação de um edifício corporativo interfere no município em vários aspectos, dentre eles o econômico, social e cultural; sendo assim uma alteração na paisagem urbana é prevista, tendo como consequência uma transformação necessária e a evolução da sociedade. Ainda, com a concepção do edifício, busca-se um maior impacto na sociedade trazendo para a cidade espaços que favoreçam a sociabilidade através de áreas de convivência e de áreas verdes, proporcionando espaços mais agradáveis e agregando vivência ao local.

2.3 ÁREAS VERDES

A área verde é conceituada por Loboda e Angelis (2005) como o lugar onde há o predomínio de vegetação, contemplando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Segundo os autores, o uso do verde no meio urbano reflete o modo de viver dos povos que o criam nas diferentes épocas e culturas.

As funções que as áreas verdes desempenham no meio urbano podem ser agrupadas em três conjuntos: valores visuais, recreativos e ambientais. No primeiro conjunto exercem um papel importante na identidade do local, enfatizando as características, gerando limites de áreas e suavizando a massa de construções. Como sistema para fins recreativos, valoriza o ambiente e supre as carências do sistema de lazer e cultura, e no terceiro conjunto, influencia na qualidade ambiental urbana exercendo papel de proteção do meio ambiente (BARTOLINI, 1986).

Para Mascaró (2010), as formas que compõem a paisagem, a natureza, deveriam ser aproveitadas para criar uma continuidade entre o espaço natural e o construído, permitindo

que a cidade se inscreva com facilidade no meio natural, produzindo, assim, uma transição do artificial para o natural através da paisagem, com a sua carga de transformações e contraposições.

A aproximação do homem com a natureza permite-lhe sensações a partir da apreciação das belezas cênicas ou quaisquer outras experiências que usem um dos sentidos, resultando em um cidadão mais saudável e produtivo. São mudanças de comportamento que afetam não somente o envolvido diretamente com a paisagem, mas também se estendem para a sociedade em geral (LIRA FILHO, 2012).

A qualidade de vida urbana está diretamente relacionada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. É nesse sentido que embora todas as cidades apresentem áreas verdes onde a população possa desfrutar de momentos de lazer e contato com a natureza, poucas têm esses espaços de forma organizada, de modo que não passam de espaços dispersos pela malha urbana (LOBODA e ANGELIS, 2005).

Segundo Lira Filho (2012), essas áreas verdes suprem as carências da população bem como melhora as condições locais, propiciando também uma sensação de conforto térmico que está no direito do cidadão comum.

Buscando os aspectos citados pelos autores, como valores visuais, recreativos, ambientais, além da qualidade de vida urbana e da continuidade entre o espaço natural e o construído, é possível propor no contexto projetual um espaço de praças e jardins. Entende-se que a cidade poderá desfrutar de uma área verde com qualidade e organização, favorecendo o seu uso e com isso melhorar ainda mais a relação entre o público e o privado. Além deste uso público, as áreas culturais e áreas verdes condicionam mais qualidade para os espaços e atividades da empresa em si, gerando um sentimento de maior sensibilidade para com o ambiente de trabalho.

2.4 A ARQUITETURA DOS ESPAÇOS DE TRABALHO

Segundo Zevi (1996), se podemos encontrar na arquitetura as contribuições das outras artes, é o espaço interior, o espaço que nos rodeia e nos inclui, que constitui o julgamento sobre um edifício.

O projeto de arquitetura tem como principal meta a geração de soluções físico-espaciais

que atendam aos anseios de um indivíduo ou grupo, de modo que seu surgimento deve-se ao fato de existir uma atividade humana que precisa de um espaço adequado para poder se realizar plenamente. Assim, sendo o principal objetivo da arquitetura seu espaço interior, as soluções físicas desse espaço devem ocorrer em torno das necessidades sociais dos indivíduos que o ocuparão (ELALI e PINHEIRO, 2003).

Para Gurgel (2005), o espaço de trabalho deve ser eficiente, agradável e promover o bem-estar de seus ocupantes. A imagem da empresa pode sobrepor-se às necessidades individuais, e essa imagem deve ser refletida no projeto de forma que atinja determinado objetivo e determinado público-alvo.

O trabalho está em constante evolução. O mercado global, a complexidade dos problemas, o tempo de comercialização e outros fatores, apontam para a maior necessidade de colaboração, assim, os ambientes de trabalhos também devem evoluir (GREEN, 2016).

De acordo com Ustároz (2008), a organização do trabalho em questões relativas à arquitetura, exerce profunda influência nos modos de trabalhar e também no modo de ser dos sujeitos do trabalho. Essas influências são estendidas para a vida como um todo, pois o espaço arquitetônico promove diversas sensações através de seus significados culturais, psicológicos e emocionais. Além disso, o espaço de trabalho faz parte da cultura da organização, definindo conduta e postura.

A qualidade do espaço interno de uma edificação é considerada fator decisivo para a escolha de um projeto; um espaço bem planejado facilita o desempenho das atividades, trazendo mais produtividade e, conseqüentemente, preservando a autoestima das pessoas. Um dos principais fatores para o planejamento de um espaço de trabalho é levar em consideração o estudo da ergonomia.

2.4.1 Ergonomia

Freitas (2014) afirma que diante de um novo cenário empresarial e com a globalização, tem sido evidente a mudança de paradigmas no ambiente empresarial em busca de melhores condições e desempenhos em termos de qualidade e produtividade. Dessa maneira, as boas condições de trabalho vêm sendo reconhecidas com grande importância para que as instituições cumpram suas metas, prazo e demandas do mercado de trabalho.

Para Gurgel (2005), a ergonomia é considerada uma ciência que combina e estuda as

características físicas do corpo humano, sua fisiologia e os fatores psicológicos que nele atuam, com o objetivo de melhorar a relação entre o homem e o ambiente. Abrahão *et al.* (2009) complementa que a ergonomia pode ser entendida como uma disciplina que também tem como meta transformar o trabalho, em suas diferentes dimensões, adaptando-o às características e aos limites do ser humano.

A ergonomia no trabalho objetiva uma atividade saudável e produtiva. Tendo o máximo de conhecimento possível sobre os seres humanos, é possível adaptar o trabalho a eles, considerando que tipos de mudanças devem ser feitas no trabalho para que o ato de trabalhar não leve ao desgaste desnecessário (RIO e PIRES, 2001).

Um ambiente de trabalho ergonômico é o resultado de uma soma de fatores, materiais e subjetivos. De acordo com Wachowicz (2013), os principais itens aplicáveis são: iluminação, ventilação e temperatura adequadas, diminuição de ruídos, eliminação de possíveis fontes de estresse como relacionamentos desagradáveis, e equipamentos e mobiliários que sejam adequados às características humanas.

Nessa perspectiva, a ergonomia buscar projetar e/ou adaptar situações de trabalho compatíveis com as capacidades e respeitando os limites do indivíduo. Este ponto de vista implica reconhecer a premissa ética da primazia do homem, cujo bem-estar deve ser o objetivo maior da produção (ABRAHÃO *et al.*, 2009).

Entende-se que a ergonomia em uma empresa já faz parte do ambiente organizacional contribuindo de forma positiva e realçando a importância de cada colaborador e do próprio cliente em sua cadeia produtiva. Além disso, o estudo ergonômico em uma corporação pode atender as especificações de seus usos, considerando os espaços de trabalho que precisam ser flexíveis para as necessidades momentâneas e as transformações tecnológicas.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

No decorrer deste capítulo serão apresentados embasamentos bibliográficos referentes aos conceitos na elaboração da proposta projetual, demonstrando ao leitor um entendimento mais aprofundado ao tema.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE MEDIANEIRA/PR

Medianeira é um município brasileiro localizado no oeste do estado do Paraná (Figura 01). Sua população estimada em 2017 é de 45.586 habitantes. O nome “Medianeira” parte em homenagem a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças e também porque na língua indígena significa 'no meio', significando entre Foz do Iguaçu e Cascavel (IBGE, 2018).

Figura 01: Localização de Medianeira no Paraná/BR.



Fonte: Prefeitura de Medianeira (2018).

O nascimento de Medianeira, membro de Foz de Iguaçu, foi planejado em 20 de outubro de 1949, na cidade gaúcha de Bento Gonçalves, quando os fundadores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda iniciaram os estudos para a implantação do Projeto de Colonização. Para dirigir a empresa foram escolhidos diretores, e em seguida foram instalando-se os pioneiros e as novas famílias (PREFEITURA DE MEDIANEIRA, 2018).

Segundo a Prefeitura de Medianeira (2018), os pioneiros, em sua maioria de origem italiana e alemã, foram à procura de terras férteis do extremo oeste paranaense. Cada grupo trouxe consigo elementos de sua cultura e de seus costumes que foram misturados e incorporados na vivência das pessoas do município. O marco de fundação se deu em 24 de outubro de 1951, com a realização de uma missa com os colonizadores e pioneiros.

Desmembrado de Foz de Iguaçu, o município foi criado pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado nº 119, de 28 de julho de 1960. Foi oficialmente instalado em data de 28 de novembro de 1961, em Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Medianeira, Estado do Paraná, ocasião em que foram empossados vereadores, a comissão diretora da câmara e o primeiro prefeito, Sr. Ângelo Da Rolt (ROHDE e BIESDORF, 1996).

Medianeira, pelo plano urbanístico, conseguiu reunir famílias que conviviam a poucos metros de distância, enquanto que nos Estados natais dos pioneiros, viviam distantes dos vizinhos, gerando uma dificuldade inicial da vida em coletividade. Sendo assim, as primeiras experiências no sentido de adaptação nesse novo *modus vivendi* foram os bailes. Começava, por conseguinte, o surgimento de uma cidade organizada por Medianeira (ROHDE e BIESDORF, 1996).

3.2 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Os conceitos de “público” e “privado” podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de “coletivo” e “individual”. Em um sentido mais puro, pública é uma área acessível a todos a qualquer momento e a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la (HERTZBERGER, 1999).

Conforme Loretoni (2006), a esfera privada somente existe em contraposição à esfera pública e vice-versa. Cada campo adquire o seu significado da sua outra metade, evidenciando a complementação necessária entre o público e o privado que dá sustento a um sistema que ordena funções e identidades.

Uma das maiores responsabilidades do planejamento urbano é criar cidades que sejam convenientes para a diversidade urbana, com qualidade de seus espaços públicos, como ruas, calçadas, praças, e estas, muitas vezes estão relacionadas com a natureza e constituição dos

espaços privados. Um espaço pode fazer parte de um projeto arquitetônico privado que foi pensado para o espaço público, gerando um uso especial (SANTUCCI, 2008).

A democratização do Brasil provocou alterações na organização da sociedade civil e da filantropia. A esfera pública deixou de ser uma questão exclusiva do Estado e a responsabilidade pelo desenvolvimento da cidade passou a ser compartilhada pelos três setores da economia – Estado, setor privado e organizações da sociedade civil. As empresas passaram então por mudanças em seus processos produtivos e na relação com a sociedade. Além de suas funções tradicionais econômico-financeiras de geração de empregos e de distribuição de lucro aos acionistas, ampliaram-se as perspectivas a respeito do seu papel no desenvolvimento do país (DEGENSZAJN e RIBEIRO *apud* DEBONI, 2013).

Nos edifícios monofuncionais tem-se uma ociosidade de circulação de pessoas em algum momento do dia ou da noite. Áreas comerciais carecem de vitalidade urbana nos dias e horários que não funcionam; por isso o uso misto é desejado nas cidades, ele favorece um fluxo de pessoas em diferentes horários, reforçando a sensação de segurança, motivando o caminhar e reduzindo os deslocamentos por transportes. Hoje os edifícios estão buscando a *Fruição Pública*, que permite uso público e a passagem de uma rua para outra através do térreo de um edifício que pode ser privado, ampliando os espaços de estar para fora dos lotes (GATTI e ZANDONADE, 2017).

Hertzberger (1999) diz que a questão está no conceito de criar espaços intermediários entre as áreas públicas e privadas que, embora do ponto de vista administrativo possam pertencer ao domínio público ou ao privado, devem ser igualmente acessíveis para ambos os lados, isto é, que o “outro” também possa usá-lo.

Percebe-se que o espaço dado aos agentes privados na criação e desenvolvimento de ações pode trazer o desenvolvimento de políticas culturais de interesse público, suprimindo talvez a ausência do Estado, tornando acessível ao público atividades de cultura e de sociabilidade. Além disso, nota-se que o papel do arquiteto também é incentivar a criação desses espaços, fazendo com que a população possa ser incluída tanto de um lado quanto de outro, planejando esses ambientes que incentivem a sociabilidade. Para Brant (2009), investimentos em empreendimentos socioculturais e cidadania corporativa devem ser entendidos como inteligências para a configuração de ações e relações orgânicas, conscientes e efetivas com a sociedade.

3.2.1 O incentivo à cultura e arte para o desenvolvimento humano

Lugão (2009) afirma que a arte como representação da cultura mostra a necessidade de perceber a realidade humano-social, de expressar e objetivar significados e valores coletivos. A autora considera fundamental entender a arte como um dos meios do indivíduo participar do coletivo, onde o homem reflete a experiência que seu tempo histórico e suas condições sociais permitem.

A importância da cultura para o desenvolvimento aparece dentro do contexto regional como fator de identidade cultural. O conhecimento da cultura local reforça a valorização bem como o incentivo ao desenvolvimento da região. A participação do ser humano em um ambiente sociocultural não deve ser considerada apenas inovadora, mas sim como detentora de uma tradição, de um contexto que lhe garante base para seus objetivos, produções e trabalho (LÓSSIO e PEREIRA, 2007).

Segundo Brant (2009) a ideia de cultura, sempre moldada conforme as visões políticas de cada tempo, conserva em si as chaves dos sistemas de poder. Chaves que podem abrir portas para a liberdade, para a equidade e para o diálogo. Reconhece-se na cultura não somente um potencial econômico extraordinário, mas também a sua capacidade de promover o desenvolvimento humano e social.

A rica diversidade cultural brasileira pode impulsionar o desenvolvimento do país, visto que suas manifestações movimentam um conjunto de transformações que geram renda e promovem inclusão social. De acordo com Lóssio e Pereira (2007), a questão está na concessão entre os poderes, público e privado e nas formas de conscientização da comunidade local, guiada pela comunicação para que a economia seja propulsora também dos bens imateriais.

As instituições privadas, fazendo parte do desenvolvimento da sociedade, podem promover esse incentivo cultural através de programas, projetos e/ou a oferta de espaços que têm como objetivo o uso público de forma a beneficiar a sociedade. Um espaço cultural acessível para todos incentiva o seu uso e traz para os cidadãos um novo olhar do mundo que vivem. Essa atitude também reforça a responsabilidade que a empresa possui com o local em que está inserido, se relacionando com o meio e gerando benefícios que vai além das metas institucionais.

3.2.2 Responsabilidade social empresarial

Para Barbieri e Cajazeira (2016, p.43) “a responsabilidade social das empresas compreende as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações em dado período”. Expressa que a empresa deve, ao mesmo tempo, ser lucrativa, obedecer às leis, atender às expectativas da sociedade e ser boa cidadã.

A responsabilidade social surge no momento em que a sociedade assume uma atitude que cobra uma postura mais rígida, necessitando de diálogo e interdependência entre os três setores: sociedade, governo e empresa. Esse processo de reestruturação tem como um dos principais efeitos o maior interesse das empresas em se tornarem socialmente responsáveis perante o contexto sociocultural em que se inserem. Pode dizer, então, que os principais setores da responsabilidade social de uma empresa são: o apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; preservação do meio ambiente; garantia ao bem estar dos funcionários e dependentes num ambiente de trabalho agradável; promoção de um sistema de comunicação transparente; retorno aos acionistas; sinergia com seus parceiros/partes interessadas; e garantia da satisfação dos seus clientes internos e externos (CHAVES, 2010).

A responsabilidade social corporativa é uma estratégia para potencializar o desenvolvimento das instituições no compromisso socioambiental. O consumidor procura hoje por práticas e produtos que gerem melhorias para o meio ambiente e para a comunidade, valorizando os aspectos éticos ligados com a cidadania empresarial. A contabilidade possui instrumentos capazes de evidenciar a prática de ações de responsabilidade social, concentrados no balanço social, que é definido como uma demonstração que evidencia informações de caráter econômico, financeiro, social e ambiental, podendo ser direcionados para um grupo diversificado de usuários (MAZZIONI *et al.*, 2010).

Para Chaves (2010), o balanço social vem servir de instrumento para a divulgação dessas atuações para com a sociedade, compartilhando informações sociais das organizações para a comunidade. Essa ferramenta é uma das mais utilizadas entre as instituições financeiras para demonstrar um ponto de responsabilidade que abrangem.

De acordo com Borger (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável integra-se ao conceito de responsabilidade social, pois segundo o autor, não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental. Estes são aspectos inter-relacionados, da mesma forma que o crescimento econômico não se sustenta sem uma

equivalência social e ambiental, programas sociais ou ambientais corporativos não se sustentarão se não houver o equilíbrio econômico da empresa.

As instituições financeiras possuem um papel importante por serem influentes na economia, e percebendo que a sociedade deseja ver essa consciência em prática, as empresas devem procurar demonstrar a sua participação na atividade pública e seu envolvimento com as questões sociais. Essas atitudes podem surgir através do próprio espaço que a corporação ocupa na cidade, contribuindo para a criação de um espaço público de qualidade que pode, dentro outros benefícios, trazer uma melhor relação entre a empresa e os cidadãos.

3.3 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Definem-se os espaços públicos exteriores urbanos como aqueles espaços fundamentais que constantemente condicionam os espaços construídos, e muitas vezes lhes conferem suas formas, relevos e características. São elementos essenciais da paisagem urbana que constituem os espaços de vida, que “percebem” a cidade. O espaço público pensado como unidade arquitetônica é configurado como estímulo dimensional formado por elementos ambientais, climáticos, históricos, culturais e tecnológicos (ROMERO, 2001).

O espaço público na cidade assume inúmeros formatos e tamanhos, sendo as ruas, as praças e os parques os mais conhecidos. A palavra “público” indica que os locais que materializam esse espaço são abertos e acessíveis a todas as pessoas. Na atualidade, o espaço público redesenha-se dentro da própria transformação da cidade, constituindo uma pluralidade, uma ampla rede de possibilidades de lugares, refletindo as características do modelo de urbanização adotado (ALEX, 2008).

Para Lira Filho (2012) esses espaços são o objeto central de elaboração da paisagem urbana e consistem, juntamente com a massa construída, em um sistema único e interdependente. Neles ocorre grande parte de atividades cotidianas urbanas, como o lazer e a circulação.

Os espaços livres são significativos para receber os usos espontâneos da população. Eles têm sido ocupados coletivamente para a realização de manifestações, atividades culturais, cursos ao ar livre, rodas de conversa, comemorações públicas e privadas. Estas ocupações acontecem geralmente em espaços que possibilitam a reunião de grupos numerosos, em geral grandes áreas livres gramadas ou pavimentadas (GATTI e ZANDONADE, 2017).

A compreensão da construção dos espaços públicos como processo coletivo, amplia a perspectiva de ações efetivas para a melhoria da vida das comunidades, além do projeto técnico destes espaços. Esta atuação em cidades médias e pequenas possui grande potencial de resultados, já que as relações sociais são mais aproximadas e com menor velocidade nas disputas pelos espaços urbanos (SOUZA, 2008).

A implantação de serviços públicos, áreas verdes e espaços culturais em um espaço público podem estimular a vitalidade urbana e fazer com que, em meio a um centro urbano aglomerado de comércios, haja uma área que atraia a população e favoreça o convívio da sociedade. Além disso, a presença paisagística nesse espaço é um componente imprescindível que da forma à área urbana.

3.3.1 Paisagismo

Acredita-se que a partir do momento em que o homem mudou o seu comportamento de nômade, para fixar habitação em um determinado lugar e explorar o meio que o cerca, o paisagismo começou a fazer parte de sua vida. Desde então, ele passou a utilizar-se do paisagismo para atender suas necessidades estéticas e funcionais (LIRA FILHO, 2012).

O projeto do espaço livre está intimamente ligado com o desenho dos vazios cujas formas, dimensões e sequência transmitem determinadas sensações aos usuários. Sua divisão e moldagem são feitas através de elementos estruturadores do espaço, dentre os quais cabe destacar a vegetação (MASCARÓ, 2010).

Para Lira Filho (2012), o paisagismo pode ser concebido como ciência e arte, a primeira por envolver o conhecimento das leis que regem os fenômenos da realidade exterior e interior das paisagens, e a segunda por se constituir em uma forma de expressão criadora que atua sobre a sensibilidade humana.

A arquitetura de paisagens possibilita a criação planejada de ambientes construídos com elementos vivos, de modo a promover o bem-estar das pessoas que por ele transitam ou que nele se reúnem. Assim, de um jardim doméstico a um grande parque, a combinação de diversas espécies vegetais e sua distribuição pelo espaço criam contrastes entre agrupamentos e vazios que podem despertar sensações agradáveis, percebidas por cada um dos órgãos dos sentidos (ABBUD, 2006).

O planejamento paisagístico busca compreender, analisar e propor ações corretas, visando harmonizar o sistema urbano e natural, econômico e de sustentabilidade da cidade. Por meio do conhecimento efetivo de todos os aspectos envolvidos é possível prever tendências e tentar minimizar impactos negativos, incentivando uma relação equilibrada entre o desenvolvimento e a qualidade do meio urbano (KLIASS, 2006).

Abbud (2006) diz que a arquitetura paisagística limita e subdivide os espaços. Mas este trabalho não surge do nada, pois há sempre um espaço físico preexistente sobre o terreno que sofrerá intervenção e se estende pela paisagem do entorno. Os volumes vegetais e construídos propostos dividirão esse espaço inicial em unidades menores, que serão percebidas e vivenciadas em relação às maiores.

O paisagismo oferece oportunidades para intervenções significativas e positivas, ele faz parte de uma esfera que vai além de edifícios públicos ou privados, colaborando no meio urbano sendo ele um ambiente destinado ao lazer, ao trabalho ou à habitação. Waterman (2010) afirma que na paisagem todos os elementos se relacionam, qualquer mudança pode melhorar ou prejudicar uma conjuntura, sendo assim, o paisagista tem o papel de compor e organizar o meio ambiente para que as atividades humanas e naturais fluam de forma harmônica.

3.4 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Para Pinho (2004, p.123-124), “a cooperativa pode ser entendida como uma empresa de serviço cujo fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço e risco”.

O princípio para o sucesso desta atividade concentra-se nos fundamentos e conceitos do cooperativismo, que representam alicerce cooperativo. A participação eficaz de seus membros em uma gestão democrática, autônoma e independente, com objetivos comuns, são fatores fundamentais para um desenvolvimento sólido e duradouro (MARTINS e BRENZAN, 2014).

Para Schneider (2006), o cooperativismo é uma sociedade formada com base nas pessoas, que oferece serviços a seus associados e tem como base o elemento humano e a moral do associado, sendo o capital apenas um fator de produção. A natureza da sociedade cooperativa é a de uma sociedade auxiliar, cujo propósito consiste unicamente em prestar serviços aos que a compõe.

Segundo Franz (2006), as cooperativas de crédito prestam serviços financeiros profissionais aos seus colaboradores, trazendo por consequência uma melhor qualidade de vida devido ao acréscimo de renda. Com o surgimento da Lei da Reforma Bancária – Lei nº 4.595 de 1964 - as cooperativas de crédito foram equiparadas às instituições financeiras.

De acordo com Jacques e Gonçalves (2016), as cooperativas de crédito aparecem como instituições alternativas no fornecimento de crédito, com características diferentes dos bancos, pois elas assumem os riscos de suas aplicações em benefício da comunidade, promovendo o desenvolvimento local. Para Pacheco Filho e Octacílio *apud* Martins e Brenzan (2014), a cultura da cooperação depende da predisposição das pessoas saírem do “eu” para “nós”, para poder instalar-se em uma sociedade, trabalhando os valores associativos de forma corajosa e persistente, em um movimento onde todos unem suas energias, experiências e conhecimento de sua realidade para modificá-la e, com isso, ganhar juntos.

Como as organizações cooperativas são empreendimentos locais inseridos em uma comunidade, estas instituições refletem de forma intensa as características culturais e institucionais de uma sociedade, diferente das organizações transnacionais, que estarão sob influência de uma lógica de padrão dominante (CASTILHO, 2011).

É perceptível o intenso crescimento da atividade cooperativista no Brasil, onde inúmeras pessoas se organizam cada vez mais, exercendo a prática do cooperativismo. Nesta linha de pesquisa, pretende-se apresentar o projeto de uma cooperativa de crédito para a cidade de Medianeira/Pr, como uma ferramenta da economia solidária e desenvolvimento da região.

3.4.1 A história da Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

A história da Sicredi é a própria história do cooperativismo de crédito brasileiro, pois a primeira caixa rural no município de Nova Petrópolis/RS é o ponto de partida e também a base do Sicredi (FRANZ, 2006).

O primeiro banco cooperativo privado brasileiro foi constituído pelas Cooperativas de Crédito integrantes do Sicredi, então circunscritas ao estado do Rio Grande do Sul, logo após a publicação da Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional. Em seguida, o Bansicredi recebeu adesão das Cooperativas de Crédito filiadas às centrais dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (PINHO, 2004).

De acordo com Franz (2006), foi a partir de 1995, com a adesão das cooperativas, que o sistema passou a operar com todos os produtos e serviços permitidos aos bancos convencionais. E para Schneider (2006), é nesse momento que a evolução histórica do Sicredi ocorreu de forma mais intensa, e assim reestruturaram e motivaram os cooperativistas a reerguer o ramo de crédito no país através da força sistêmica.

A Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, nome atual, foi constituída em 17 de novembro de 1983, com o nome de CREDIFRONTTEIRAS, tendo como objetivo proporcionar melhores condições de atender as necessidades financeiras dos cooperados (SICREDI, 2018).

A cooperativa de crédito experimentou diversas mudanças e teve que se adaptar, se transformar e evoluir. A organização em 1994 passa a se chamar Sicooper Fronteiras; em 1997 passa a integrar a marca Sicredi, mudando sua sigla para Sicredi Medianeira; em 2001 visto a atuação regional e a abrangência em vários municípios, assumiu a identidade de Sicredi Cataratas (LUNKES, 2013).

Como grande marco e conquista e em comemoração ao 20º aniversário da constituição, em 2003 inaugurou a sede própria na cidade de Medianeira/Pr, e a partir desse momento, novos desafios foram surgindo e a caminhada seguiu tendo grandes conquistas tanto no sistema quanto na sociedade, como a ampliação da área de atuação, novos serviços e produtos e um aumento significativo de associados, graças ao diferencial de “ser cooperativa” (LUNKES, 2013).

Em 2008 foram lançados os principais programas de responsabilidade social da empresa, sendo eles denominados “Crescer”, “Pertencer” e “A união faz a vida”. Em 2013 a cooperativa expandiu para o estado de São Paulo, passando a denominar-se Sicredi Vanguarda e implantando a Diretoria Executiva própria na sede de Medianeira. Em 2015 expandiu para o estado do Rio de Janeiro e sua sigla passou a ser Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, como está até hoje (SICREDI, 2018).

Tendo como princípio a cooperação e como finalidade a melhoria das condições econômicas através da criação de uma sociedade de interesse comum, a cooperativa obteve todo esse sucesso marcado até agora através da determinação de líderes, de iniciativas corajosas respaldadas de muita sabedoria, além da confiança do associado que deposita seus recursos em uma instituição sólida que cumpre o seu papel.

4 CORRELATOS

Nesta etapa serão apresentadas obras correlatas que orientarão na composição formal, funcional, técnica-construtiva e paisagística para a elaboração do projeto do edifício sede da Cooperativa Sicredi.

4.1 EDIFÍCIO 1: SEDE DO BANCO INTESA SANPAOLO

O projeto para a nova sede do Banco Intesa Sanpaolo (Figura 02) é um laboratório ambiental e social e um projeto urbano, com uma urbanidade discreta que o une com os habitantes da cidade. O edifício localiza-se na cidade de Turim, Itália e foi projetado no ano de 2015 pelo arquiteto Renzo Piano (ARCHDAILY, 2015).

Figura 02: O edifício sede do Banco Intesa SanPaolo.

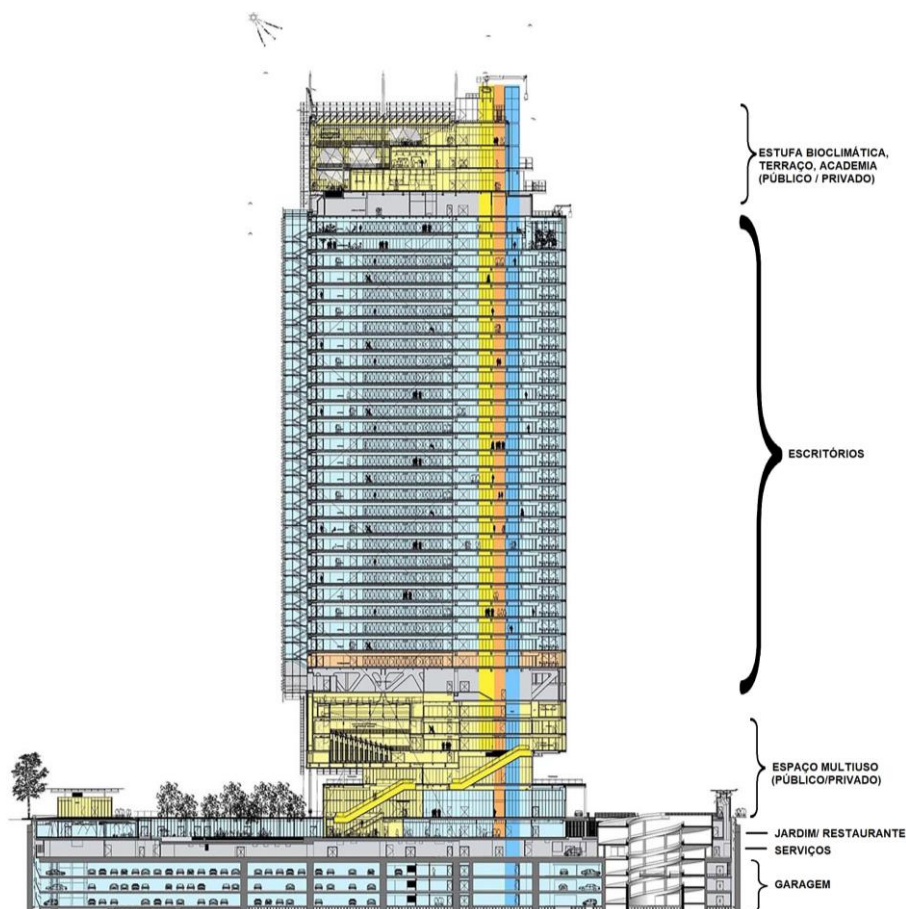


Fonte: Archdaily (2015).

4.1.1 Análise funcional Edifício 1

A torre do edifício, com 166 metros de altura, é dividida em três pavimentos de garagens, um pavimento de serviços e um jardim, onde ao redor são dispostos o restaurante da empresa e o jardim de infância, e acima estão 26 pavimentos de escritórios e um pavimento para academia, que inclui espaços e serviços abertos ao público, conforme nota-se na Figura 03 (ARCHDAILY, 2015).

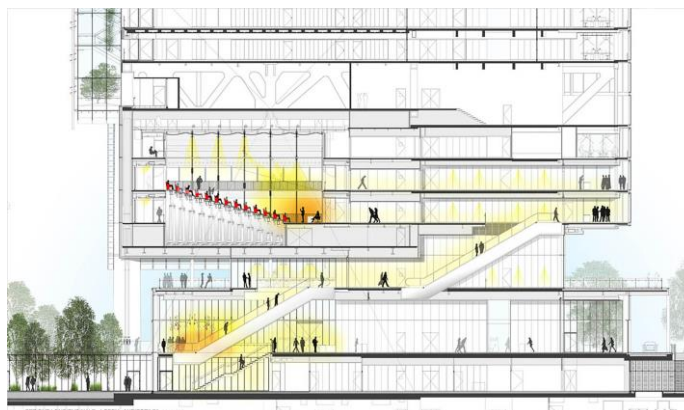
Figura 03: Corte esquemático do edifício.



Fonte: Archdaily (2015) – Adaptado pelo autor.

Dois volumes em particular revelam a vocação pública do edifício. O volume mais baixo (Figura 04) possui um espaço multiuso flexível. Ele pode ser transformado em uma sala de exposições, conferências ou apresentações, graças à mobilidade e acústica variável. No volume superior (Figura 05) temos a estufa bioclimática que recebe o público em três níveis: o restaurante com o jardim, a sala de exposições e o terraço (ARCHDAILY, 2015).

Figura 04: Volume inferior do edifício (público/privado).



Fonte: Archdaily (2015).

Figura 05: Volume superior do edifício (público/privado).



Fonte: Archdaily (2015).

De acordo com a disposição dos pavimentos e a proposta do banco em trazer o público para dentro do edifício, nota-se a preocupação com a relação entre cliente e empresa, mostrando que é possível ter um fluxo organizado para que os setores não conflitem e a circulação entre as pessoas ocorra naturalmente, tanto para o ambiente de trabalho quanto para o espaço de lazer e eventos.

4.1.2 Análise formal Edifício 1

Segundo Risen (2015), para projetar a sede de Turim do banco italiano, Renzo Piano teve que respeitar a história da cidade com uma torre que era icônica, mas não arrogante. O resultado é a torre Intesa Sanpaolo (Figura 06), de 38 andares, ao lado de um parque público na periferia da cidade.

Figura 06: A forma do edifício.



Fonte: Archdaily (2015).

A torre é coberta com materiais brancos que a tornam aparentemente quase como o gelo. Ela representa as montanhas de neve que Turim tem em sua paisagem (Figura 07), além de a fachada mudar de acordo com a hora do dia e a estação do ano (ARCHDAILY, 2015).

Figura 07: O edifício destacado na paisagem de Turim, Itália.



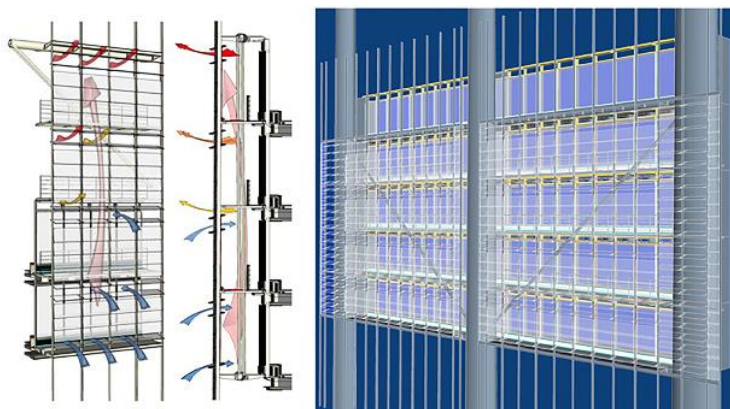
Fonte: Risen (2015).

Com forma simples marcada pela estrutura e pela fachada motorizada, o edifício consegue se destacar na paisagem urbana por sua grandiosidade, ao mesmo tempo em que obtém soluções formais harmoniosas, correspondendo ao local em que a obra está inserida.

4.1.3 Análise técnico-construtiva Edifício 1

O projeto possui estrutura metálica e dispõe características ecológicas e sustentáveis. A fachada de vidro duplo torna possível limitar a perda de calor no inverno e controlar a entrada de calor através de um sistema de aberturas e telas solares com persianas motorizadas (Figura 08), que controlam a irradiação e iluminação nas áreas de trabalho (ARCHDAILY, 2015).

Figura 08: Diagrama apresentando a tecnologia implantada na fachada do edifício.



Fonte: Archdaily (2015).

Esses recursos juntamente com iluminação LED e um sistema de aquecimento e resfriamento, ajudaram a torre a ganhar uma classificação LEED *Platinum*. Além disso, a equipe técnica analisou as condições de trabalho em termos de qualidade, iluminação e conforto (RISEN, 2015).

4.1.4 Análise Paisagística Edifício 1

O jardim adjacente (Figura 09) foi revitalizado e transformado em um espaço com árvores de diferentes alturas, gramados e funções do bairro. Um dos acessos ao jardim é através de uma galeria que atravessa o hall de entrada do edifício (ARCHDAILY, 2015).

Figura 09: Planta baixa térreo com entorno.



Fonte: Archdaily (2015).

Nota-se que além do espaço público interno do edifício da instituição financeira, a obra também se relaciona com o exterior, fazendo com que a comunidade se sinta ainda mais convidativa a fazer uso destes espaços.

4.2 EDIFÍCIO 2: BERRINI ONE

Para Netto (2012), o Edifício Berrini One é considerado um marco arquitetônico na cidade de São Paulo/SP. O projeto corporativo assinado pelos arquitetos Aflalo e Gasperini possui área de 63.032,00 m² e é conceituado como uma referência para outros empreendimentos, trazendo uma nova realidade empresarial contemporânea.

Figura 10: O edifício Berrini One.



Fonte: ARCOWEB (2015).

4.2.1 Análise funcional Edifício 2

Conforme a volumetria sugere, o edifício corporativo se segmenta em 3 partes: zona 1, zona 2 e zona 3, como observa-se na Figura 11 (BERRINI ONE, 2018).

Figura 11: A divisão do edifício.



Fonte: Berrini One (2018).

A divisão do edifício em zonas independentes originam 3 modelos de pavimentos-tipo (Figuras 12, 13 e 14), propiciando mais conforto e rapidez aos usuários e compatibilizando circulações verticais, sanitários e espaços de manutenção (BERRINI ONE, 2018).

Figura 12: Pavimento-tipo da Zona 1/Baixa.



Fonte: Berrini One (2018).

Figura 13: Pavimento-tipo da Zona 2/Média.



Fonte: Berrini One (2018).

Figura 14: Pavimento-tipo da Zona 3/Alta.



Fonte: Berrini One (2018).

O edifício foi planejado com o intuito de fornecer maior conforto e segurança, sendo assim, ele ainda conta com sistema de automação, acesso e circulação de serviços independente, além de elevadores reserva para horário comercial e outros quesitos que tornam a obra uma edificação completa (AFLALO e GASPERINI, 2018).

4.2.2 Análise formal Edifício 2

Conforme nota-se na Figura 15, a volumetria do edifício é resultante de uma evolução das condicionantes externas. A curvatura do terreno orientou o partido para formas curvas e para o estreitamento das fachadas laterais, criando um volume esbelto e delicado. Os escalonamentos surgiram em resposta à diversidade de áreas e tipologias de laje, optou-se por uma extrusão horizontal dos volumes ao invés de uma sobreposição (SAYEGH, 2015).

Figura 15: Volumetria do edifício conceituada na inserção do terreno.



Fonte: AFLALO e GASPERINI (2018).

As fachadas são inteiramente envoltas por vidro, nas fachadas leste e oeste, foram criados alguns terraços para oferecer sombra e enfatizar a verticalidade da construção (AFLALO e GASPERINI, 2018).

4.2.3 Análise técnico-construtiva Edifício 2

Com estrutura protendida, o projeto possui 140m de altura, com 31 pavimentos. A carga de piso é de 300 kg/m² de carga útil acidental e 50 kg/m² de carga útil permanente. O prédio

possui infraestrutura para sistema de ar condicionado tipo VRF, previsão para forro acústico, piso elevado, geradores de energias, elevador enclausurado para bombeiro, supervisão e comando dos principais equipamentos elétricos e mecânicos, automação, vidros de alta performance e com baixa transmissão de calor (D'ÁVILA, 2016).

Além disso, o projeto possui certificação LEED *Gold* por seguir inúmeros conceitos de sustentabilidade no edifício, desde o terreno até os materiais e a qualidade ambiental interna. O alto desempenho ambiental é proporcionado pela cogeração de energia, utilização de água de reúso, entrada de energia em média tensão, elevadores com recuperação de energia cinética, entre outras soluções (AFLALO e GASPERINI, 2018).

4.2.4 Análise paisagística Edifício 2

O edifício conta com 4.200m² de natureza, sendo 37% da área do terreno destinados aos jardins. As calçadas mais largas, com grandes áreas verdes ao longo das mesmas, proporcionam um espaço amigável e amenizam o impacto causado pelas avenidas de alto tráfego (ARCHDAILY, 2016).

Figura 16: Os jardins entorno do edifício.



Fonte: AFLALO e GASPERINI (2018).

O paisagismo criado tem a finalidade de integrar e tirar partido da estrutura já existente para criar um ambiente agradável, que se integrasse com a paisagem (Figura 16). O objetivo é também criar um espaço de trabalho que tenha uma relação com o meio ambiente, tornando mais agradável a estadia de serviços em meio ao centro urbano movimentado (WENDEL, 2018).

4.3 EDIFÍCIO 3: FARIA LIMA SQUARE OFFICES

O edifício Faria Lima Square Offices está localizado em São Paulo/SP. Com projeto arquitetônico do escritório Aflalo e Gasperini e paisagismo do Núcleo Arquitetura da paisagem, a edificação possui 1.638,70 m² e uma vantagem da área ser muito irrigada por transporte público. Com um total de 121 salas em 12 pavimentos, o edifício é ocupado por pequenas e médias empresas (MARQUEZ, s/d).

Figura 17: O edifício de escritórios Faria Lima Square.



Fonte: MARQUEZ (s/d).

4.3.1 Análise funcional Edifício 3

Segundo Guedes (2015), o acesso ao empreendimento acontece pela rua lateral onde a largura do terreno é menor, enquanto sua maior fachada se volta para a grande praça – referência na região. O Faria Lima Square Offices foi criado na inspiração de um moderno edifício de escritórios, possuindo como principal característica uma escala mais do pedestre, aproximando os seus usuários do entorno (Figura 18).

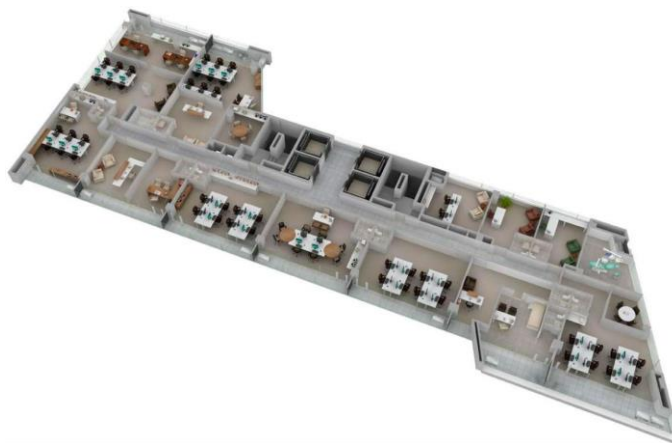
Figura 18: O edifício Faria Lima Square Offices e o entorno.



Fonte: Guedes, 2015.

Constituído por salas comerciais (Figura 19), o edifício foi pensado para ser totalmente flex, ou seja, suas paredes internas podem ser retiradas deixando livre a laje de 600 m², ou as salas podem ser divididas e alugadas por escritórios individuais (GUEDES, 2015).

Figura 19: Representação do pavimento-tipo.



Fonte: YUNY, 2018.

O projeto de interiores seguiu os mesmos conceitos do edifício, linhas simples e design funcional (MARQUEZ, s/d).

4.3.2 Análise formal Edifício 3

Na volumetria da edificação (Figura 20), os arquitetos procuraram usar linhas simples com marcações horizontais, que funcionam como um elemento de sombreamento da fachada,

além de um pórtico no entorno de todo o prédio, trazendo sintonia entre embasamento e coroamento. O exterior da edificação foi feito em vidro, e os elementos maciços, em massa projetada, por questões de custo (MARQUEZ, s/d).

Figura 20: Volumetria do edifício.



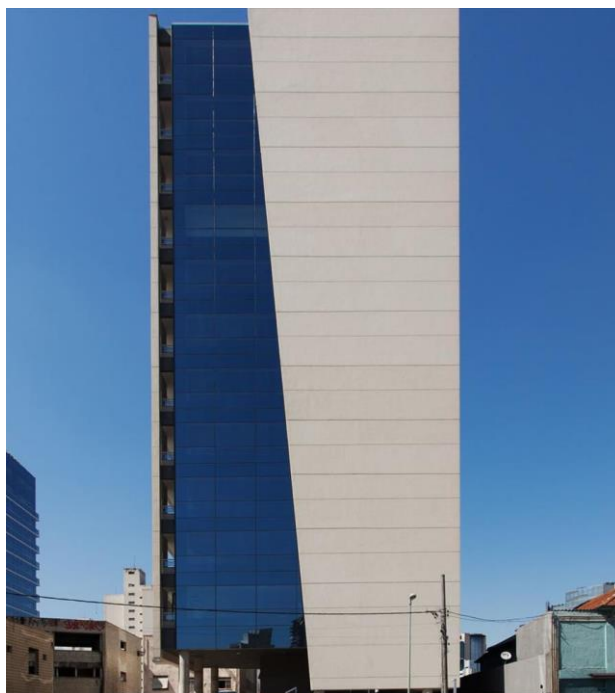
Fonte: MARQUEZ, s/d.

Na fachada, uma grande moldura branca com revestimento interno em tom marrom abraça o prédio. Minimalista, as marcações horizontais são consequência dos terraços técnicos envoltos por uma grande placa vertical, gerando maior identidade. No encontro entre a praça e a rua, os terraços são um pouco mais salientes e afloram para acentuar a condição de esquina. (GUEDES, 2015).

4.3.3 Análise técnico-construtiva Edifício 3

Construído pela Libercon Engenharia, o edifício comercial marca com sua arquitetura contemporânea um conceito diferente da prática usual no mercado, de desenho retangular, com metragem menor na área de fachada frontal (Figura 21) e maior profundidade (GUEDES, 2015).

Figura 21: A fachada estreita da edificação.



Fonte: YUNY, 2018.

O fato de o terreno ser estreito gerou salas mais iluminadas e ventiladas, o que assegura melhor eficiência energética. O terraço funciona como solução técnica para o ar condicionado individual e, também, como elemento de sombreamento da fachada (GUEDES, 2015).

Em questão estrutural, a solução técnica que trabalha com pilares periféricos, permite a transformação do ambiente em uma grande laje corporativa, conforme opção comercial do cliente. Optou-se pelo uso de divisórias *drywall* e manta de rocha interna, para proporcionar melhor conforto acústico, além de rapidez na execução e diminuição de materiais a serem entregues na obra (GUEDES, 2015).

4.3.4 Análise paisagística Edifício 3

A arquitetura enfatiza a esquina do edifício, declarando a importância da praça pública ao lado, e integrando-a com o paisagismo implantado no próprio edifício, tornando algo contínuo (MARQUEZ, s/d).

Figura 22: Entrada do edifício.



Fonte: YUNY, 2018.

Figura 23: A implantação do edifício.



Fonte: YUNY, 2018.

Conforme se observa na Figura 23, o prédio segue o conceito *Atrium*, dispensando os gradis e integrando sua entrada à calçada, através do paisagismo. Assim, o acesso fica mais convidativo para quem vai entrar no edifício, que tem uma sinergia maior com a cidade, sem obstáculos entre público e privado. Quem está na rua tem acesso a um jardim contemplativo, o que cria a sensação de uma calçada mais larga (GUEDES, 2015).

4.4 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS UTILIZADAS

As obras correlatas apresentadas serviram de referência para o projeto proposto neste trabalho. Elas auxiliarão para que seja assim iniciado um estudo mais específico da forma, função, técnica construtiva e paisagismo que serão apontados neste plano.

O edifício 1, projeto da sede do Banco Intesa Sanpaolo, contribuirá para a elaboração funcional da proposta, na questão de divisão de fluxos e programa de necessidades, onde os primeiros pavimentos são marcados por uma relação público/privada com áreas sociais e espaço multiuso flexível. A edificação conta ainda com estacionamento privado e setor de serviços no subsolo, e concentra, na maior parte da torre, o centro administrativo do banco.

O edifício 2, projeto corporativo Berrini One, vai colaborar para a concepção formal, técnico-construtiva e paisagística da edificação. Na volumetria, mesmo que com uma torre mais alta que a proposta buscará, os escalonamentos diferem as áreas do edifício conforme os setores de forma harmoniosa, além de criar terraços no edifício. As fachadas, verticalizadas, são marcadas por vidro, concreto e alumínio, trazendo um ar de elegância ao prédio empresarial. A solução técnica foi resolvida com estrutura de concreto protendido, podendo oferecer maiores vãos livres, uma estrutura mais leve e resistente, além da diminuição de deformidades. Os espaços destinados à infraestrutura elétrica e mecânica e quesitos de sustentabilidade também serão pontos importantes a serem considerados na proposta. Por fim, em questão paisagística, a obra apresenta grande parte do terreno com jardins e espaços de convivência, integrando o espaço urbano e edificado de maneira sutil e ainda, ofertando ao espaço de trabalho uma maior relação com o meio ambiente em um espaço mais agradável em meio a um centro urbano movimentado.

O edifício 3, projeto Faria Lima Square Offices, vai oferecer uma base para a concepção urbana e espacial da proposta. Com um edifício de 12 pavimentos, a arquitetura enfatiza em uma esquina, a escala humana, aproximando os seus usuários do entorno e integrando suas entradas à calçada pública, fornecendo acessos mais convidativos e uma relação maior com a cidade, sem obstáculos entre o público e privado, além de declarar a importância do espaço verde que pode realizar essa ligação da obra com a cidade.

Sendo assim, após a análise de referências é possível iniciar um estudo mais aprofundado da criação, conceito, partido arquitetônico e verificação do local adequado, assim como a especificação dos aspectos gerais do edifício.

5 DIRETRIZES PROJETUAIS

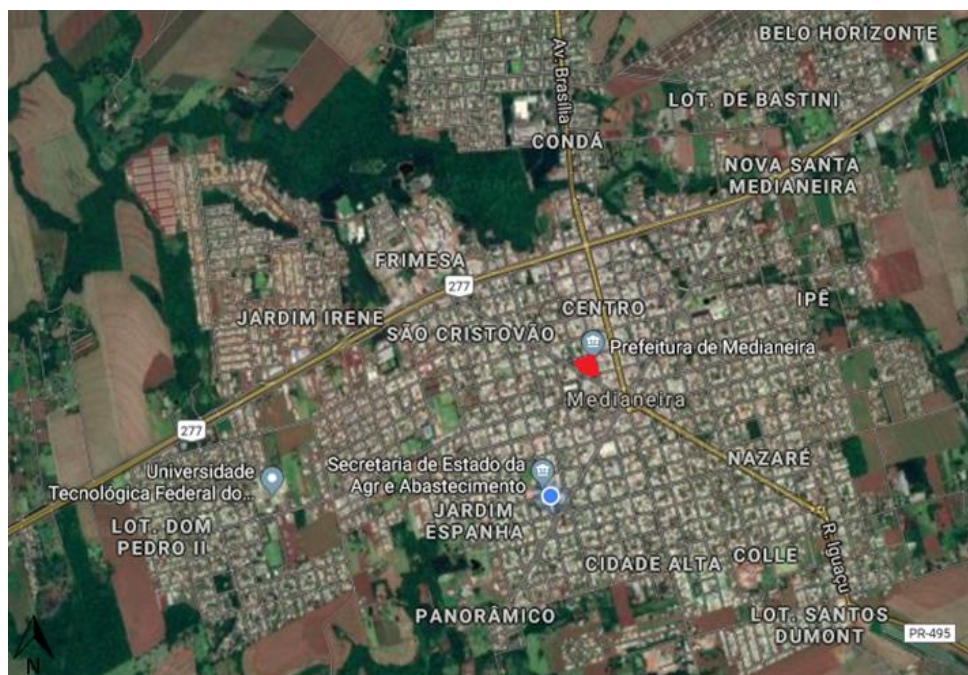
Após apresentado o contexto teórico para a elaboração da proposta projetual e a análise de obras correlatas, foram possíveis conceber ideias e soluções arquitetônicas para a realização do projeto da sede corporativa que agrega espaço cultural e espaços públicos urbanos.

Neste capítulo, serão apresentadas as diretrizes iniciais para a elaboração da proposta projetual, indicando as características do terreno e seu entorno, assim como o programa de necessidades, fluxogramas e setorizações.

5.1 O TERRENO

O terreno que abrigará o projeto está situado no município de Medianeira, Paraná, no centro da cidade (Figura 24) e abrange os lotes de 1 a 15 da Quadra 103.

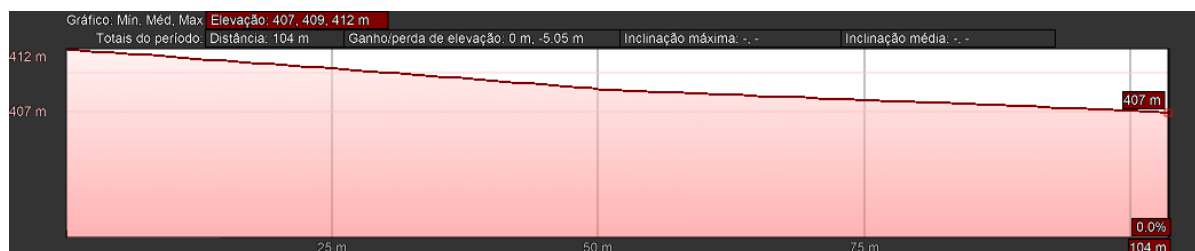
Figura 24: O terreno situado em Medianeira/Pr.



Fonte: Google Earth (2018) – Adaptado pelo autor.

Contando com um desnível de 5 metros (Figura 25) e área de 8.480,00 m², o terreno possui sua testada principal na Rua Argentina com 100 metros, uma extensão de 45 metros na Rua Paraná, 78 metros na Avenida Pedro Soccol, 45 metros na Rua Rio Branco e 100 metros na Rua Santa Catarina (Figura 26).

Figura 25: Corte esquemático do desnível do terreno.



Fonte: Google Earth (2018).

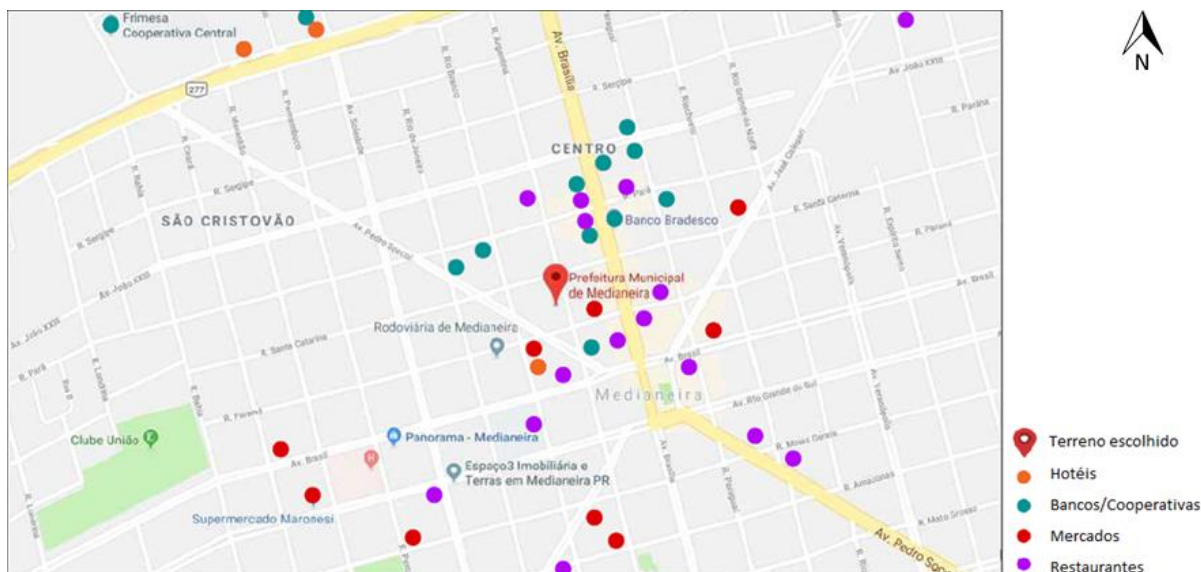
Figura 26: O terreno com as ruas do entorno e os sentidos de fluxo.



Fonte: Google Earth (2018) – Adaptado pelo autor.

O entorno apresenta, em sua maioria, áreas comerciais, existindo também, algumas residências e pequenos edifícios mistos. O local foi escolhido por ser um terreno amplo bem ao centro da cidade que hoje agrega a prefeitura da cidade, porém logo ficará em desuso em decorrência da finalização da obra do novo Paço Municipal em outro local. Além desse ponto ser adequado para a implantação da empresa por estar em uma zona comercial e de serviços e estar próximo às áreas de interesse (Figura 27), a implantação da sede da cooperativa nesta localidade beneficiará o acesso da população aos espaços culturais ofertados e promoverá uma área verde de qualidade em meio ao centro urbano.

Figura 27: Proximidade às áreas de interesse.



Fonte: Google Maps (2018) – Adaptado pelo autor.

Analisando a consulta prévia (Anexo A), constatou-se que os lotes possuem índices adequados para receber o edifício e as áreas que serão implantadas. O local também já possui a infraestrutura básica de equipamentos urbanos contendo rede de esgoto, eletricidade, abastecimento de água e pavimentação asfáltica.

Além do local estar preparado para receber um edifício de grande porte em questão de infraestrutura, o centro urbano receberá uma revitalização na paisagem urbana e poderá ser um novo atrativo para a cidade (Ver vistas do terreno nas figuras 28, 29, 30, 31 e 32).

Figura 28: Vista da Rua Santa Catarina esquina com rua Rio Branco.



Fonte: Autor (2018).

Figura 29: Vista da Rua Santa Catarina.



Fonte: Autor (2018).

Figura 30: Vista da Rua Argentina.



Fonte: Autor (2018).

Figura 31: Vista da Avenida Pedro Soccol.



Fonte: Autor (2018).

Com isso, espera-se que a implantação da sede corporativa estrategicamente nesta área possibilite inúmeros benefícios para a comunidade tanto para os serviços da cooperativa de crédito, quanto para os espaços sociais e culturais.

5.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Para Biselli (2001), o partido arquitetônico é a ideia inicial de um projeto. Sua formulação é uma criação autoral com base na coerência e na lógica funcional, e sendo uma prefiguração do projeto, faz da projeção um processo que vai do todo em direção à parte.

A presente proposta projetual destina-se a concepção da nova sede da cooperativa Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ implantada no centro da cidade de Medianeira, Paraná. A edificação possuirá quatro grandes setores que incorporam o centro administrativo da empresa, a agência cooperativa, um espaço destinado ao uso público e privado que envolve espaços de cultura, de eventos e de trabalho, além de a obra se relacionar com um espaço público urbano que agrega paisagismo e áreas de convivência.

A premissa básica parte da ideia de transparecer uma linguagem contemporânea na busca de um espaço funcional e agradável. Observando as condições climáticas, topográficas e de fluxos da área, a edificação e os acessos são inseridos buscando a melhor solução. Em outro aspecto, a ergonomia dos espaços, forma e conforto dos ambientes, pretendem contribuir com o desenvolvimento intelectual e produtivo dos usuários.

A configuração usufrui dos métodos construtivos atuais e materiais que traduzem o edifício como uma obra empresarial, que transpassa ao mesmo tempo, a sensação de um espaço que convida o público ao seu uso. Busca-se uma edificação verticalizada, marcada formalmente com a divisão dos setores escalonados, concebendo uma forma leve e criando assim, uma harmonia que aproxima os seus usuários do entorno e dos caminhos criados juntamente com o espaço público urbano. Diante disso, tem-se o conceito principal aplicado ao projeto, que é a relação entre o público e privado, a interação entre empresa e sociedade.

Este edifício, que engloba uma das sedes da primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, apresenta a essência de união em função de um bem. A obra tem como principal objetivo representar a cidade, sua cultura, sua economia e seus valores, concedendo uma sustentabilidade acima de tudo, social.

5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Para a ABNT (1995), programa de necessidades conceitua-se como “etapa destinada à determinação das exigências de caráter prescritivo ou de desempenho (necessidades e expectativas dos usuários) a serem satisfeitas pela edificação a ser concebida”.

Com base nos fundamentos, foi possível o levantamento de um programa de necessidades, retratado na Tabela 01, chegando a ambientes que são necessários para compor o projeto, o qual os objetivos são: suprir as necessidades da empresa, buscar a qualidade do espaço de trabalho, oferecer um local em que o público possa participar através de áreas comuns de convivência e espaços de cultura, além de ter a oportunidade de conhecer mais sobre o cooperativismo e estar em meio a um espaço empresarial, valorizando assim, a relação entre empresa x funcionário x comunidade. Para isto, os ambientes foram divididos em setores visando as particularidades individuais e coletivas de cada usuário.

Tabela 01: Programa de necessidades.

1. CENTRO ADMINISTRATIVO			
Ambiente		Quantidade	Área
Hall/Recepção		1	80 M²
Estar/Espera		1	30 M²
Administrativo • Secretaria • Gerência de gestão de pessoas • Gerência de relacionamento • Assessoria de desenvolvimento cooperativo • Assessoria de comunicação e marketing • Assessoria de planejamento • Gerência de desenvolvimento • Assessoria de seguros • Assessoria de meios de pagamento • Assessoria de negócios • Assessoria de crédito comercial • Assessoria de infraestrutura e patrimonial • Inspeção • Assessoria jurídica • Gerência de operações administrativas • Assessoria de controles internos • Assessoria administrativa • Assessoria de processos e qualidade		1	750 M²

	- Assessoria de ciclo de crédito - Assessoria de crédito rural - Assessoria de recuperação de crédito		
	Sala presidente	1	60 M ²
	Sala vice-presidente	1	50 M ²
	Sala diretor executivo	1	30 M ²
	Sala diretor de negócios	1	30 M ²
	Sala diretor de operações	1	30 M ²
	Sala de reuniões informais	3	25 M ²
	Sala de reuniões formais	1	80 M ²
	Arquivamento	3	10 M ²
	Sala de cópias	1 por pav.	10 M ²
	Almoxarifado	2	10 M ²
	Sanitário masculino	1 por pav.	15 M ²
	Sanitário feminino	1 por pav.	15 M ²
	Estar e copa funcionários	1	40 M ²
	DML	1 por pav.	10 M ²
	Serviços	1	15 M ²
	Circulação vertical	1 por pav.	60M ²
	Espaço de descompressão	1	50 M ²
	Biblioteca	1	30 M ²
	Espaço de <i>Happy Hour</i>	1	70 M ²
	Sala de treinamento	1	400 M ²
	Foyer/recepção heliponto	1	40 M ²
	Heliponto (cobertura)	1	400 M ²
	Estacionamento privativo (subsolo)	25 vagas	12,50 M ²
	TOTAL		2.570,00 M²
	2. AGÊNCIA COOPERATIVA		
	Ambiente	Quantidade	Área
	Hall	1	25 M ²
	Caixas eletrônicos	5	4 M ²

	Caixas	2	6 M ²
	Espaço de espera/ “café com cliente”	1	80 M ²
	Atendimento	1	15 M ²
	Tesouraria	2	30 M ²
	Arquivamento	1 por pav.	10 M ²
	Sala de cópias	1 por pav.	10 M ²
	DML	1 por pav.	10 M ²
	Serviços	1	15 M ²
	Sala gerência	1	30 M ²
	Administrativo	1	60 M ²
	Espaço kids/ Poupedi	1	10 M ²
	Cofre	1	20 M ²
	Estar/ copa funcionários	1	30 M ²
	Sanitário feminino	1 por pav.	15 M ²
	Sanitário masculino	1 por pav.	15 M ²
	Atendimento Empresarial	1	15 M ²
	Atendimento Pessoa Física	1	15 M ²
	Atendimento Agronegócio	1	15 M ²
	Espaço de descompressão	1	40 M ²
	Circulação Vertical	1 por pav.	60 M ²
	TOTAL		822,00 M²
	3. ESPAÇO DE USO PÚBLICO/PRIVADO		
	Ambiente	Quantidade	Área
	Hall/Recepção	1	80 M ²
	Administrativo	1	60 M ²
	Estar/ copa funcionários	1	25 M ²
	Sala Coworking	4	30 M ²
	Sala 3D / Multimídia	2	50 M ²
	Auditório	1	380 M ²
	Sala de convenções	1	480 M ²
	Sala de reuniões	2	25 M ²

	Espaço multiuso flexível	4	60 M ²
	Salão cultural de exposição	1	300 M ²
	Espaço cultural destinado à história da Sicredi	1	300 M ²
	Restaurante	1	100 M ²
	DML	1 por pav.	10 M ²
	Serviços	1	15M ²
	Sanitário feminino	1 por pav.	20 M ²
	Sanitário masculino	1 por pav.	20 M ²
	Circulação Vertical	1 por pav.	60 M ²
	TOTAL		2.690,00 M²
	4. ESPAÇO PÚBLICO URBANO		
	Ambiente	Quantidade	Área
	Áreas de estar sombreadas	-	-
	Jardins	-	-
	Ruas e caminhos	-	-
	Bicicletário	-	-
	Esculturas/ totem	-	-
	Espelho d'água	-	-
	Mobiliário urbano	-	-
	Estacionamento público	-	-
	Espaço para exposições culturais externas	-	-

Fonte: Autor (2018).

Nota: Os espaços públicos urbanos ainda não apresentam metragem e quantidade, pois dependem da questão criativa em torno do edifício especificada na implantação que será definida no projeto executivo.

Para os ambientes administrativos, o método de organização a ser utilizado é o *open space*, que permite, segundo Del Vesco (2015), a empresa trabalhar os ambientes de forma livre, tendo a questão do espaço como uma vantagem para os negócios. Desta forma, a empresa aproxima os colaboradores para tomarem decisões mais efetivas, promove a conversa e supervisiona a equipe, assim colhendo benefícios.

Considerando a ergonomia estudada para os espaços de trabalho e de eventos, obtiveram-se pré-dimensionamentos de áreas médias para cada ambiente. Foram considerados

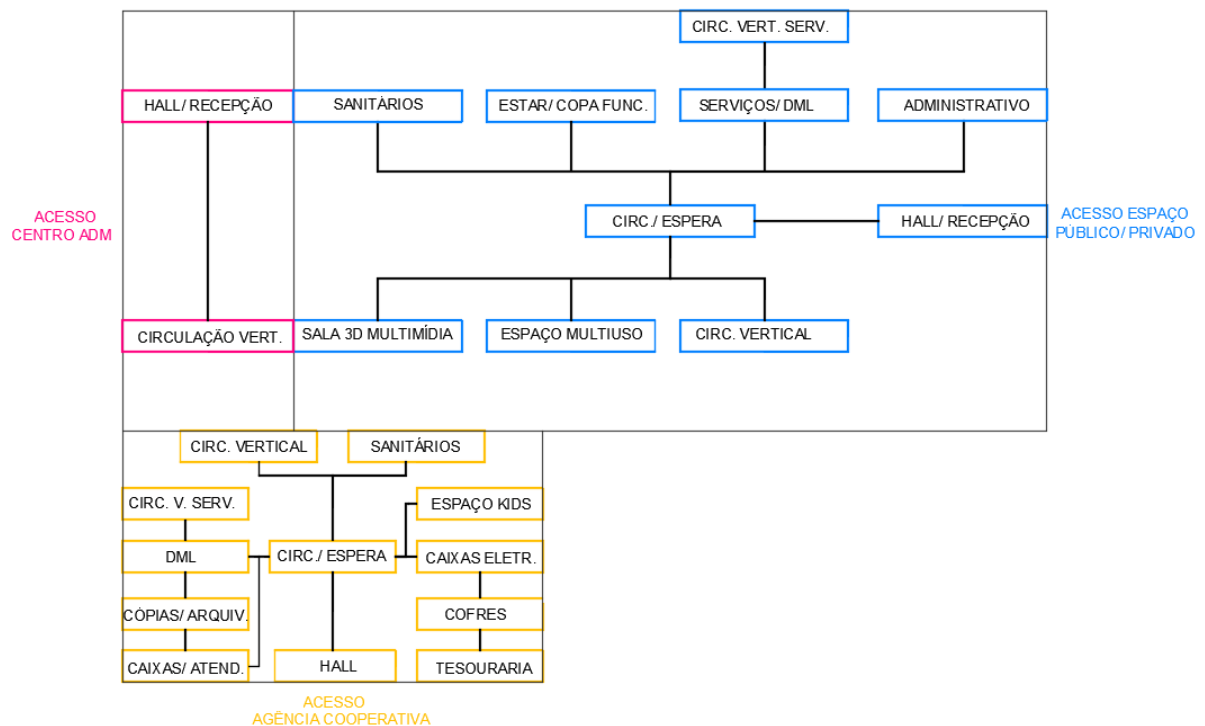
na empresa 375 funcionários entre todo o funcionamento da sede, considerando um aumento de 150% da sede atual, analisando o aumento da demanda e um planejamento futuro. Em seguida será apresentado um estudo de fluxograma para melhor entendimento da proposta.

5.4 FLUXOGRAMA

O fluxograma é uma das maneiras de representar o programa do projeto e, além da enumeração dos elementos, inclui uma representação das relações desejáveis entre eles (SILVA, 1998).

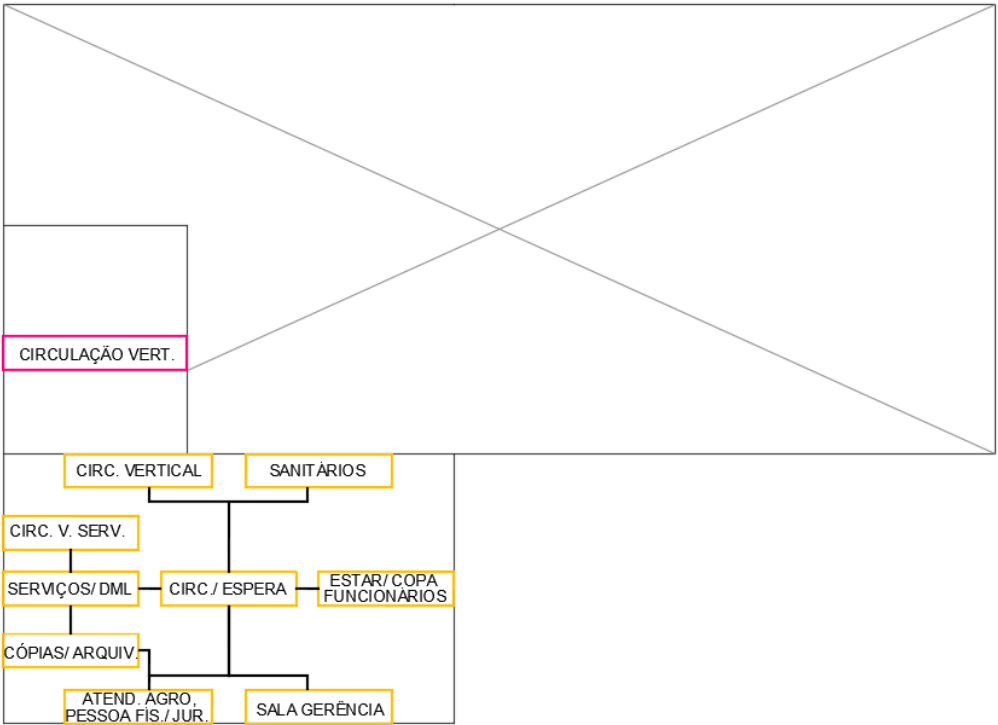
O edifício a ser projetado conta com 11 pavimentos estruturados nos setores apresentados. A disposição dos ambientes foi distribuída a partir da divisão dos acessos, garantindo a segurança necessária da instituição financeira, e em seguida os setores foram organizados de forma escalonada em diferentes volumes. No térreo (Figura 32), estão posicionados os acessos dos 3 setores internos da obra, considerando que o setor de espaço público urbano pertence ao exterior do edifício e não está representado no fluxograma, porém se encontra em torno de toda a edificação.

Figura 32: Fluxograma Térreo.



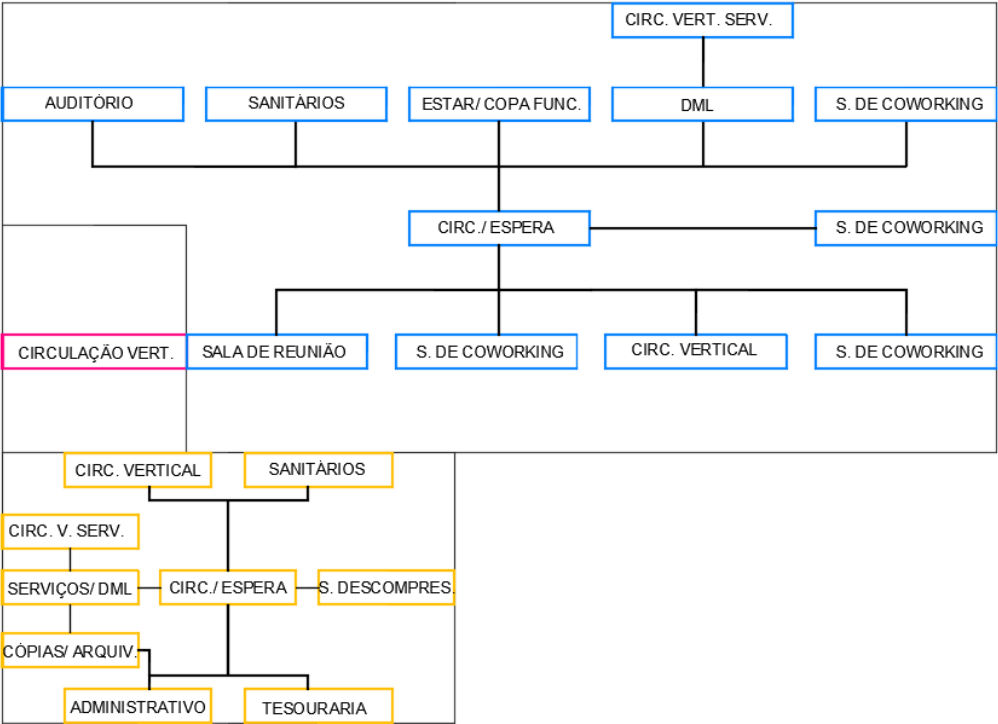
Fonte: Autor (2018).

Figura 33: Fluxograma 1º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

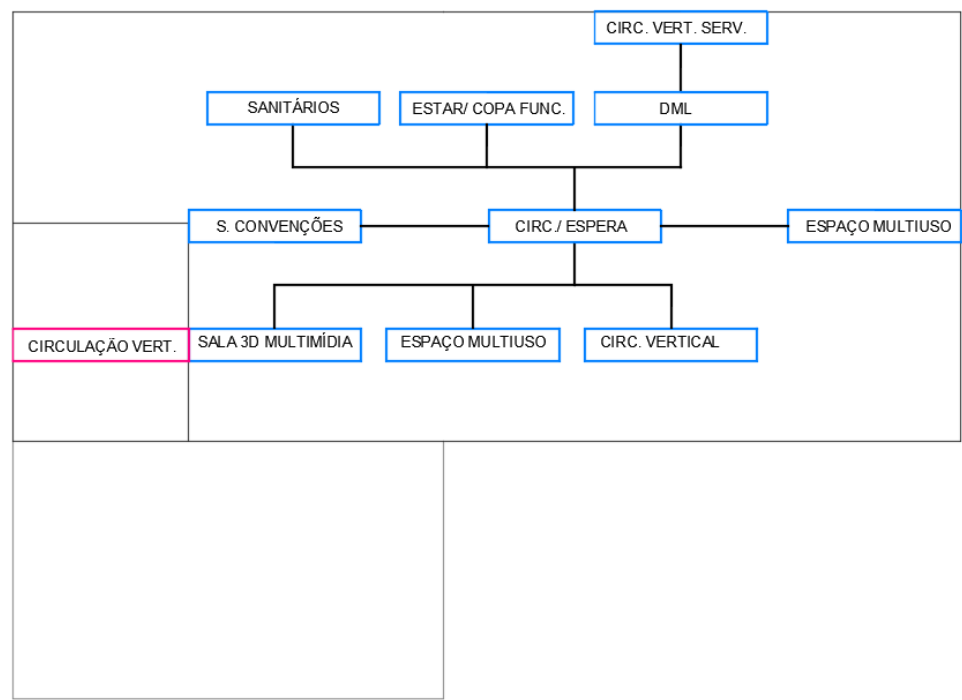
Figura 34: Fluxograma 2º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

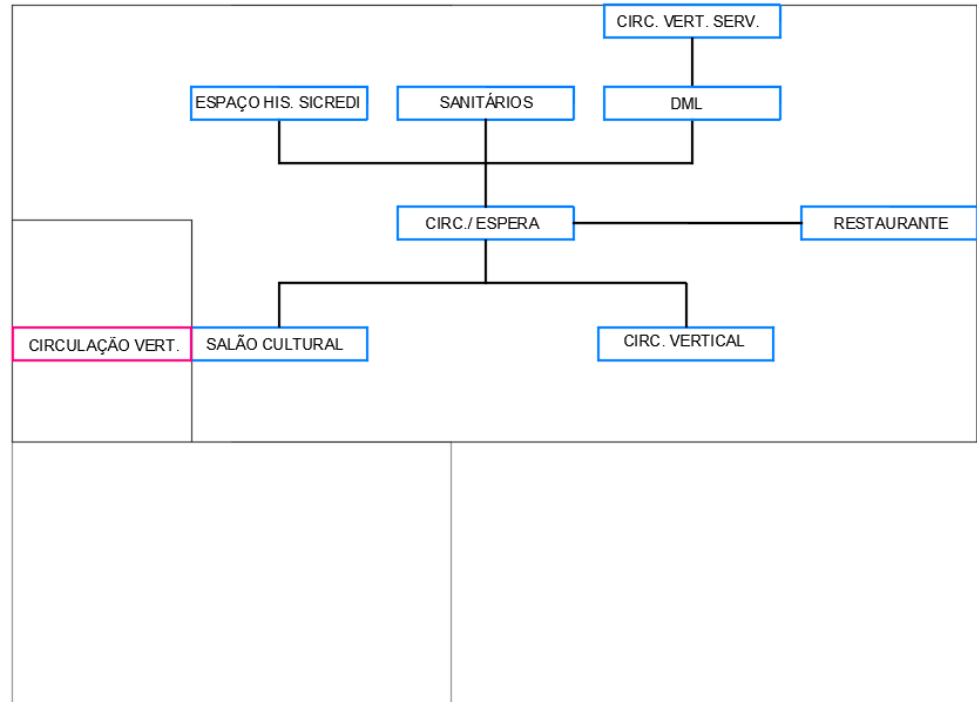
A agência está organizada em 3 pavimentos em um volume frontal, e o setor de espaço público e privado se encontra nos 5 primeiros pavimentos (Ver figuras 32, 33, 34, 35 e 36)

Figura 35: Fluxograma 3º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

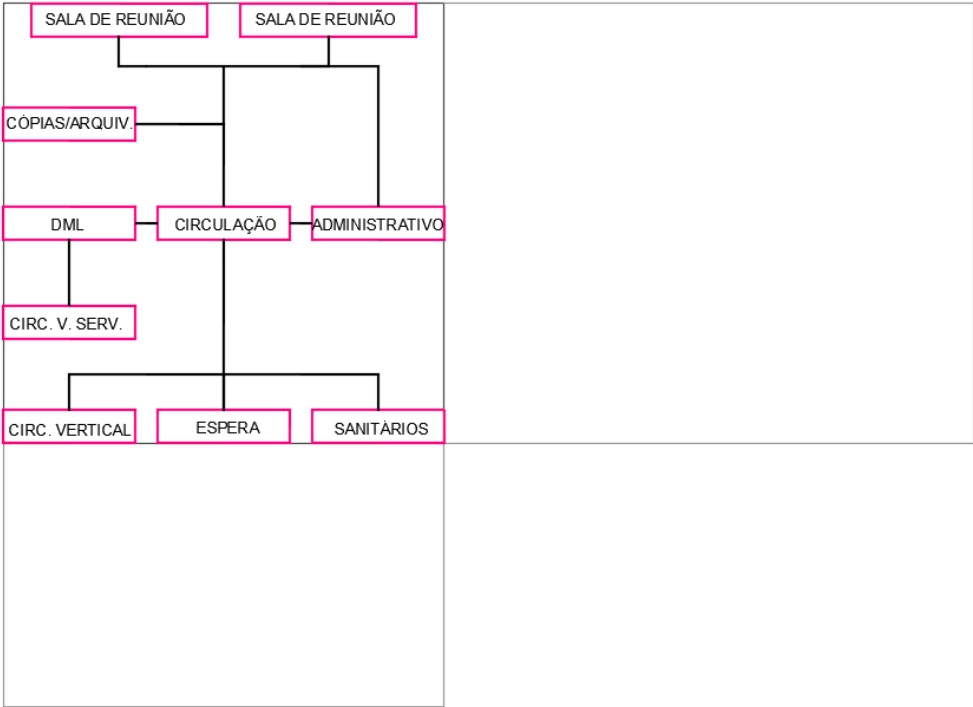
Figura 36: Fluxograma 4º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

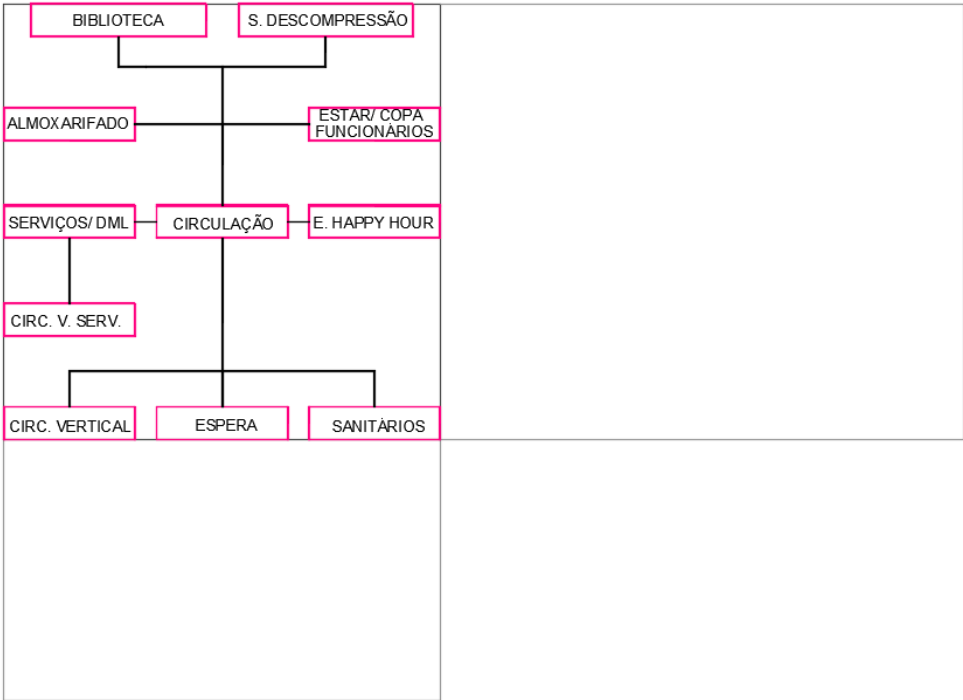
O setor do centro administrativo divide-se do 5º ao 10º pavimento (Figuras 37, 38, 39 e 40), tendo somente os ambientes de hall, recepção e circulação nos pavimento abaixo.

Figura 37: Fluxograma 5º, 6º e 7º Pavimentos.



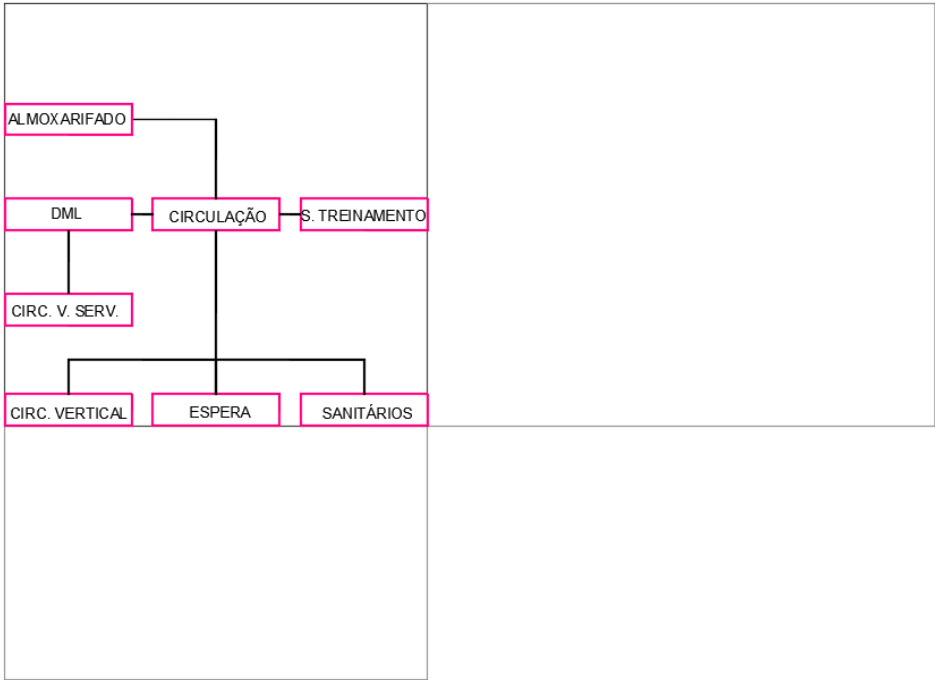
Fonte: Autor (2018).

Figura 38: Fluxograma 8º Pavimento.



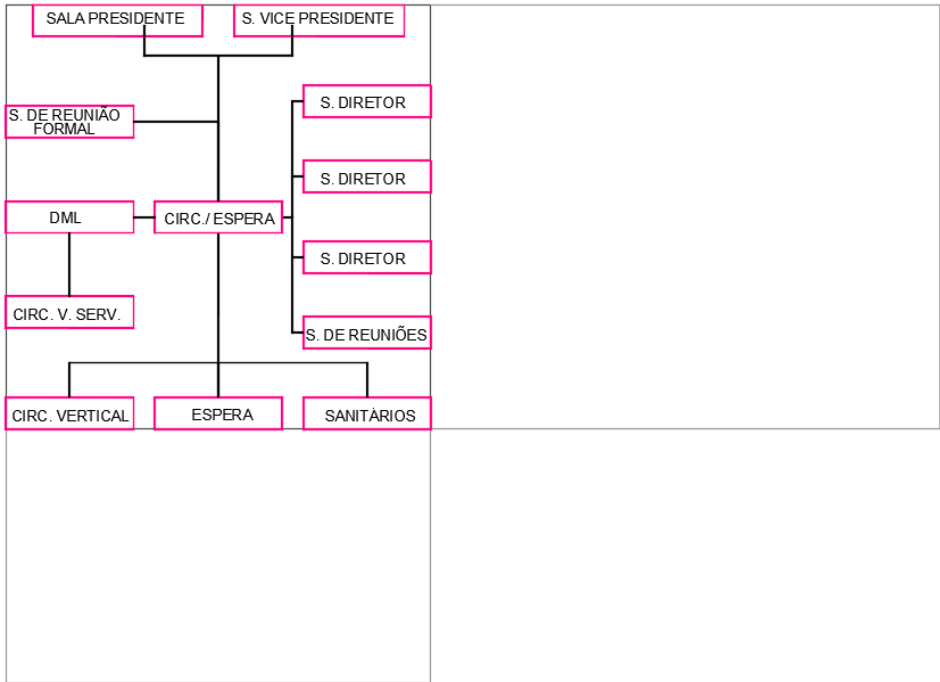
Fonte: Autor (2018).

Figura 39: Fluxograma 9º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

Figura 40: Fluxograma 10º Pavimento.



Fonte: Autor (2018).

Diante disso, tem-se uma concepção inicial do projeto, elaborada com suporte na pesquisa realizada. A produção projetual deste trabalho complementa-se com as representações inseridas no Apêndice A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve como intuito resgatar os conceitos da arquitetura de modo específicos ao tema proposto, um edifício sede para a Cooperativa Sicredi na cidade de Medianeira/Pr, bem como objetivou-se apresentar como a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo se enquadram em um projeto arquitetônico e como contribuirão de forma significativa no desenvolvimento da proposta.

A necessidade de mudar e ampliar o espaço surgiu do sucesso nacional da cooperativa, que também é sentida na região da Sicredi Vanguarda, aliado à preocupação mundial com a responsabilidade social. Esse desenvolvimento, somado ao avanço tecnológico e às preocupações com segurança e busca de serviços mais confortáveis, ágeis e exclusivos, tem levado as instituições financeiras a formatarem agências cada vez mais humanas e diferenciadas.

A revisão bibliográfica possibilitou um melhor embasamento teórico que permitiu entender a história da cidade, o sistema de cooperativismo, bem como a importância que uma organização tem no momento que decide “abrir as portas” para a comunidade e relacionar-se com o meio, incentivando o conhecimento dos valores e culturas dos indivíduos que fazem parte desse âmbito. Entende-se que a cooperativa de crédito é um forte instrumento de desenvolvimento local, visto que o seu sistema permite acompanhar o ciclo de cada região e respeita as aptidões e potencialidades sócio-econômicas-culturais de uma área.

Através da pesquisa de correlatos foi possível analisar obras que servem como modelos de aplicação do tema e como apoio teórico para solucionar os problemas da pesquisa. Dessa forma, o estudo dessas obras permitiu levantar características fundamentais para o projeto a ser realizado, como critérios de inserção ao meio urbano, qualidade formal, funcional e paisagística, assim como as técnicas utilizadas, o que fez com que fossem selecionadas em meio a tantas outras edificações arquitetônicas.

Logo, após o estudo realizado, foi necessário unir dados e conceitos apresentados para que se desse início ao processo projetual através do conhecimento da área de implantação do projeto, o que resultou nas diretrizes, bem como o partido arquitetônico, programa de necessidades e fluxograma. Dessa forma, buscou-se a compreensão das necessidades dos usuários em questão, para que através de soluções arquitetônicas, o projeto possa agregar benefícios e incentive a inter-relação entre público e privado.

O projeto se baseia na arquitetura como instrumento de emoção e sensação, promovendo múltiplas reações psicológicas em seus usuários. Sendo assim, é perceptível o papel da arquitetura e urbanismo na sociedade. Nota-se que o profissional precisa ter conhecimento sobre os conteúdos observados anteriormente, desse modo poderá projetar e planejar conforme características de cada caso, adotando preceitos e proporcionando conforto para os usuários.

Cada um dos tópicos pesquisados em sua singularidade e em conjunto, foi de grande valia para compreensão do processo, que possibilitou o alcance do resultado almejado. Tendo o estudo preliminar finalizado, busca-se adiante a finalização do projeto para que o entendimento do funcionamento do sistema e detalhes construtivos seja completo.

REFERÊNCIAS

MEDIANEIRA. **Plano Diretor Participativo de Medianeira**. Promulgada em 19 de abril de 2006. Atualizada até a emenda constitucional de 02/05/2007. Município de Medianeira, Paraná. 2007. Disponível em: < <http://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor/> > Acesso em 06 mar. 2018.

ABBUD, B. **Criando Paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Senac, 2006.

ABRAHÃO, J.; SZNELWAR, L.; SILVINO, A.; SARMET, M.; PINHO, D. **Introdução à Ergonomia**: da prática à teoria. 1.ed. São Paulo: Blucher, 2009.

AFLALO, R. GASPERINI, G. **Berrini One**. Disponível em: < <http://aflalogasperini.com.br/blog/project/berrini-one/> > Acesso em: 11 abril 2018.

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.

ARCHDAILY. **Berrini One**: aflalo/gasperini arquitetos. Archdaily Brasil: 10 Ago 2016. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/792897/berrini-one-aflalo-gasperini-arquitetos> > Acesso em: 10 abril 2018.

ARCHDAILY. **Edifício Sede do Banco Intesa Sanpaolo**: Renzo Piano Building Workshop. Archdaily Brasil: 05 Jun. 2015. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/767878/edificio-sede-do-banco-intesa-sanpaolo-renzo-piano-building-workshop> > Acesso em: 06 abril 2018.

ARCOWEB, **Edifício corporativo Berrini One, São Paulo**. 22 out. 2015. Disponível em: < <http://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/aflalogasperini-arquitetos-edificio-corporativo-berrini-one-sao-paulo> > Acesso em: 11 abril 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13531: Elaboração de projetos de edificações: Atividades técnicas**. Rio de Janeiro, p. 4, 1995.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARBOSA, A. M. **Arte Educação**: leitura no subsolo. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARTONILI, V. Áreas verdes e espaços públicos urbanos. **Paisagem e ambiente**: ensaios. São Paulo: n. 1, p.49-61, dez. 1986.

BERRINI ONE, 2018. **Berrini One**: o projeto. Disponível em: <<http://www.berrinione.com.br/>> Acesso em: 10 abril 2018.

BISELLI, M. Teoria e Prática do Partido Arquitetônico. **Vitruvius**: n. 134, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3974>> Acesso em: 25 abril 2018.

BONAMETTI, J. H. A paisagem urbana como produto de poder. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba: v. 2, n. 2, p. 259-273, jul./dez. 2010.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial**. 2001. Dissertação (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANT, L. **O poder da cultura**. 1.ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CAMARGO, S. H.; MORAES, L. C.; HOFFMANN, D. G. **Arte produzindo transformação e humanização**. Curitiba, 2017.

CASTILHO, F.R.; **Gestão de Crédito**. Dourados: UNIGRAN, 2011.

CHAVES, D. A. Responsabilidade social e as instituições bancárias. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2010, Belém. Belém: Instituto Federal do Pará (IFPA), 2010.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DEBONI, F. **Investimento social privado no Brasil**: tendências, desafios e potencialidades. 1.ed. Brasília: 2013.

D'ÁVILA, A. **Edifício Berrini One**. 2016. Disponível em: <<http://www.aluiziodavila.com.br/portfolio/berrini-one1/>> Acesso em: 14 abril 2018.

DEL VESCO, A. R. **Conceito open space invade o mundo corporativo**. São Paulo: 2015.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Relacionando espaços e comportamentos para definir o programa do projeto arquitetônico. In: **Seminário nacional sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura**, 2003, Natal. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2003.

FRANZ, C. M. **A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social**. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

FREITAS, M. P. A importância da ergonomia dentro do ambiente de produção. In: **Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção**, 2014, Viçosa. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2014.

GATTI, S.; ZANDONADE, P. **Espaços públicos**: leitura urbana e metodologia de projeto [dos pequenos territórios às cidades médias]. São Paulo: ABCP, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREEN, B. **Princípios para projetar espaços de trabalhos colaborativos**. São Paulo, 2016.

GUEDES, D. O alvorecer do Largo da Batata. **Revista Infra**. São Paulo: n. 15746, jul. 2015.

GURGEL, M. **Projetando espaços**: guia de arquitetura de interiores para áreas comerciais. São Paulo: Senac, 2005.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IBGE. **Medianeira**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/medianeira/>> Acesso em: 22 mar. 2018.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**. Campinas: v. 25, n. 2, p. 489-509, ago. 2016.

KLIASS, R. **Rosa Kliass**: desenhando paisagens, moldando uma profissão. 2.ed. São Paulo: Senac, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM, P. D. C. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: UNESP, 2004.

LIRA FILHO, J. A. **Paisagismo**: princípios básicos. 2.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**. Guarapuava: v.1, n.1, p.125-139, jan./jun. 2005.

LORETONI, A. Estado de Direito e diferença de gênero. In: COSTA, P.; ZOLO, D. (Org.). O Estado de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006. cap. 6, p.489-510.

LÓSSIO, R. A. R.; PEREIRA, C. D. M. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2007, Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2007.

LUGÃO, K. G. **O ensino das artes no desenvolvimento integral do indivíduo**: conhecer a si próprio. Rio de Janeiro: 2009.

LUNKES, G. **Fatos e momentos de uma história**: Sicredi Vanguarda. Medianeira: Germânica, 2013.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARQUEZ, A. **Faria Lima Square Offices**. Galeria da Arquitetura: s/d. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/aflalogasperini-arquitetos_/faria-lima-square-offices/2749> Acesso em: 12 abril 2018.

MARTINS, A. G. S. Arte, cultura e ideologia. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2008, Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2008.

MARTINS, R. C.; BREZAN, C. K. M. A importância da educação cooperativista no SICREDI fronteira: um estudo de caso. In: **Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional**, 2014, Ponta Porã. Ponta Porã: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2014.

MASCARÓ, J. L. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

MASCARÓ, J. L.; MASCARÓ, Lucia. **Vegetação Urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Quartet, 2005.

MAZZIONI, S.; DOMENICO, D. D.; ZANIN, A. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis: v. 9, n. 27, p.43-59, ago./nov. 2010.

NETTO, B. **Berrini One**. Revista Buildings. São Paulo: n. 15, p.15, fev. 2012. Disponível em: <www.revistabuildings.com.br/revista_buildings/ed15> Acesso em: 11 abril 2018.

PAGNUSSATT, A. **Guia do cooperativismo de crédito**: Organização, Governança e Políticas Corporativas. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PREFEITURA DE MEDIANEIRA. **Medianeira**: Histórico. Disponível em: <www.medianeira.pr.gov.br/historico> Acesso em: 22 mar. 2018.

RIGHETTO, A. V. D. **Metodologias projetuais em arquitetura**. Curitiba: Graphica, 2007.

RISEN, C. **Intesa Sanpaolo**. *Architect Magazine*: 16 Nov. 2015. Disponível em: <http://www.architectmagazine.com/project-gallery/intesa-sanpaolo_o> Acesso em: 10 abril 2018.

RIO, R. P.; PIRES, L. **Ergonomia**: fundamentos da prática ergonômica. 3.ed. São Paulo: LTr, 2001.

ROHDE, H. M.; BIESDORF, E. L. **Resgate da memória de Medianeira**. Curitiba: CEFET-PR, 1996.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SANTUCCI, J. As relações entre espaço público e privado. **Conselho em revista**. Porto Alegre: n. 42, p.13-16, fev. 2008.

SAYEGH, S. **Aflalo/Gasperini Arquitetos desenha Berrini One, em São Paulo, com três dimensões de plantas**. Revista AU. São Paulo: n. 261, dez. 2015.

SCHNEIDER, E. P. **Cooperativismo de Crédito**: Organização Sistêmica: Ênfase no Sistema SICREDI. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SICREDI. **Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ**: Histórico. Disponível em: <www.sicredi.com.br/html/vanguarda/sobre/historico/> Acesso em 26 mar. 2018.

SILVA, E. **Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo**: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRAVASSOS, S. **Arte, cultura e entretenimento**. São Paulo, 2014.

USTARRÓZ, L. **Trabalho Bancário, Arquitetura dos Espaços de Trabalho e Subjetividade**. Porto Alegre, 2008.

WACHOWICZ, M. C. **Ergonomia**. 2013. Curitiba: IFPR, 2013.

WATERMAN, T. **Fundamentos do paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WENDEL, M. **Berrini One**. Disponível em: < <http://hus.arq.br/projetos/berrini-one/>> Acesso em: 10 abril 2018.

YUNY. **Faria Lima Square Offices**. Disponível em: < <http://www.yuny.com.br/ficha-faria-lima-square-offices-27-2342.html>> Acesso em: 13 abril **2018**.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE A – ANTEPROJETO

Para melhor compreensão da proposta, o estudo projetual encontra-se nas pranchas de 1 a 4.

O PROJETO:

A presente proposta projetual destina-se a concepção da nova sede da cooperativa Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ implantada no centro da cidade de Medianeira, Paraná.

Este edifício, que engloba uma das sedes da primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, apresenta a essência de união em função de um bem. A obra tem como principal objetivo representar a cidade, sua cultura, sua economia e seus valores, concedendo uma sustentabilidade acima de tudo, social.

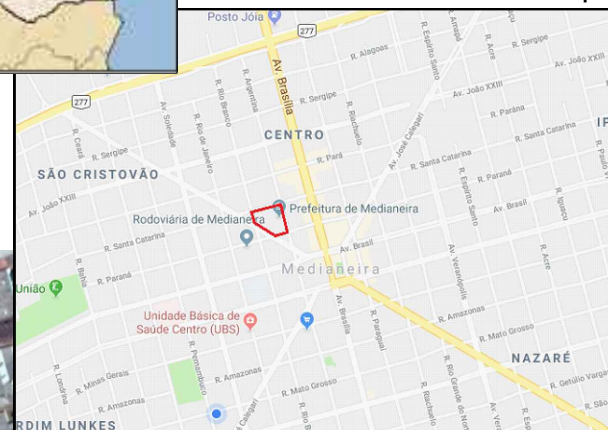
A premissa básica parte da ideia de transparecer uma linguagem contemporânea na busca de um espaço funcional e agradável. Observando as condições climáticas, topográficas e de fluxos da área, a edificação e os acessos são inseridos buscando a melhor solução.

LOCALIZAÇÃO:

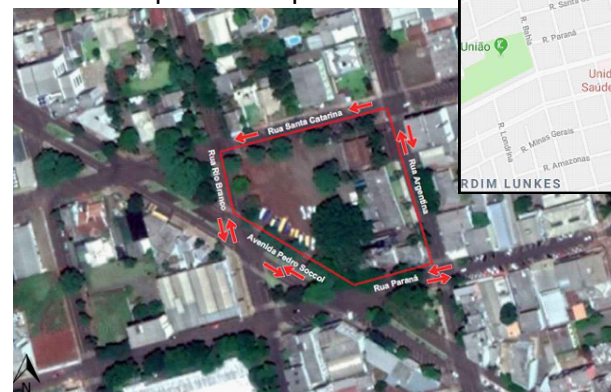
Localização de Medianeira no Paraná/BR



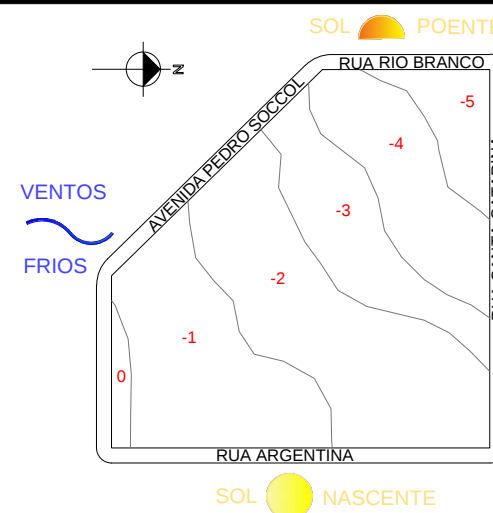
O terreno situado no município



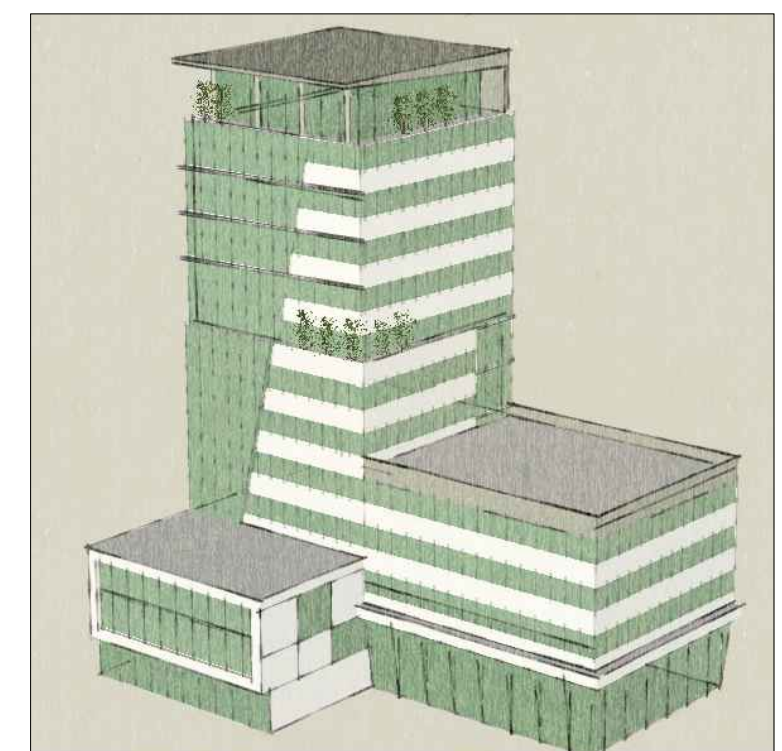
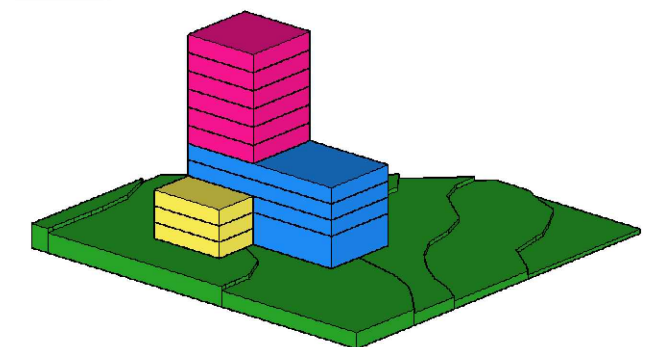
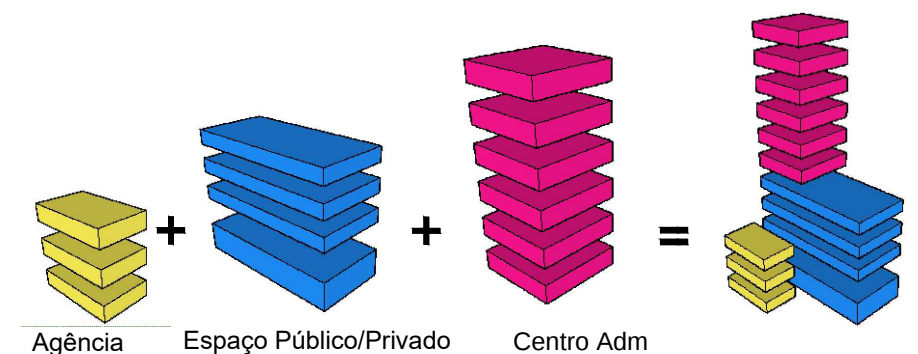
O terreno | Entorno | Fluxos



CONDICIONANTES DO TERRENO:



ESTUDOS DA FORMA:



Croqui

O PROJETO:

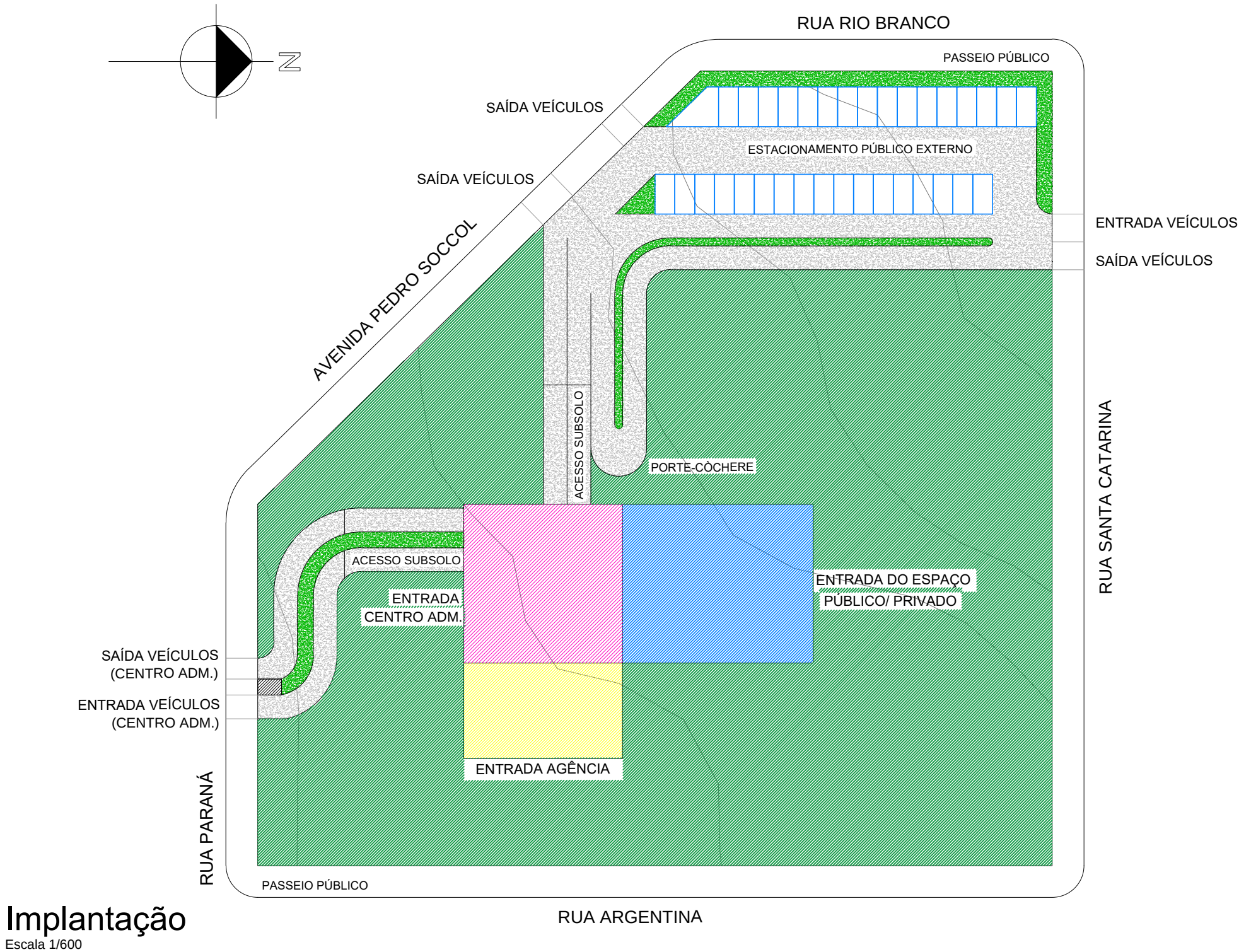
O terreno conta com área de 8.480,00 m² e desnível de 5 metros.

A edificação possuirá quatro grandes setores que incorporam o centro administrativo da empresa, a agência cooperativa, um espaço destinado ao uso público que envolve espaços de cultura, de eventos e de trabalho, além da obra se relacionar com um espaço urbano que agrega paisagismo e áreas de convivência.

SETORIZAÇÃO:

- CENTRO ADMINISTRATIVO
- AGÊNCIA COOPERATIVA
- ESPAÇO DE USO PÚBLICO E PRIVADO
- ESPAÇO PÚBLICO URBANO

IMPLANTAÇÃO SETORIZADA:



Implantação
Escala 1/600

O PROJETO:

HELIPONTO	←	COBERTURA
* PRESIDÊNCIA * DIRETORIA * REUNIÕES + AMBIENTES COMUNS	←	10º PAV.
* TREINAMENTO * ALMOXARIFADO + AMBIENTES COMUNS	←	9º PAV.
* BIBLIOTECA * HAPPY HOUR * ESTAR/COPA * DESCOMPRESSION + AMBIENTES COMUNS	←	8º PAV.
* ADMINISTRATIVO * CÓPIAS/ARQUIVOS * REUNIÕES + AMBIENTES COMUNS	←	7º PAV.
* ADMINISTRATIVO * CÓPIAS/ARQUIVOS * REUNIÕES + AMBIENTES COMUNS	←	6º PAV.
* ADMINISTRATIVO * CÓPIAS/ARQUIVOS * REUNIÕES + AMBIENTES COMUNS	←	5º PAV.
* HIST. SICREDI * SALÃO CULTURAL * RESTAURANTE + AMBIENTES COMUNS	←	4º PAV.
* CONVENÇÕES * SALA 3D * SALA MULTIUSO + AMBIENTES COMUNS	←	3º PAV.
* COWORKING * REUNIÕES * AUDITÓRIO * ADMINISTRATIVO * TESOURARIA * DESCOMPRESSION + AMBIENTES COMUNS	←	2º PAV.
* GERÊNCIA * ATENDIMENTO * ESTAR/COPA + AMBIENTES COMUNS	←	2º PAV.
* CAIXAS * ATENDIMENTO * CAFÉ + AMBIENTES COMUNS	←	1º PAV.
* RECEPÇÃO * SALA MULTIUSO * ADMINISTRATIVO + AMBIENTES COMUNS	←	TÉRREO
	←	TÉRREO

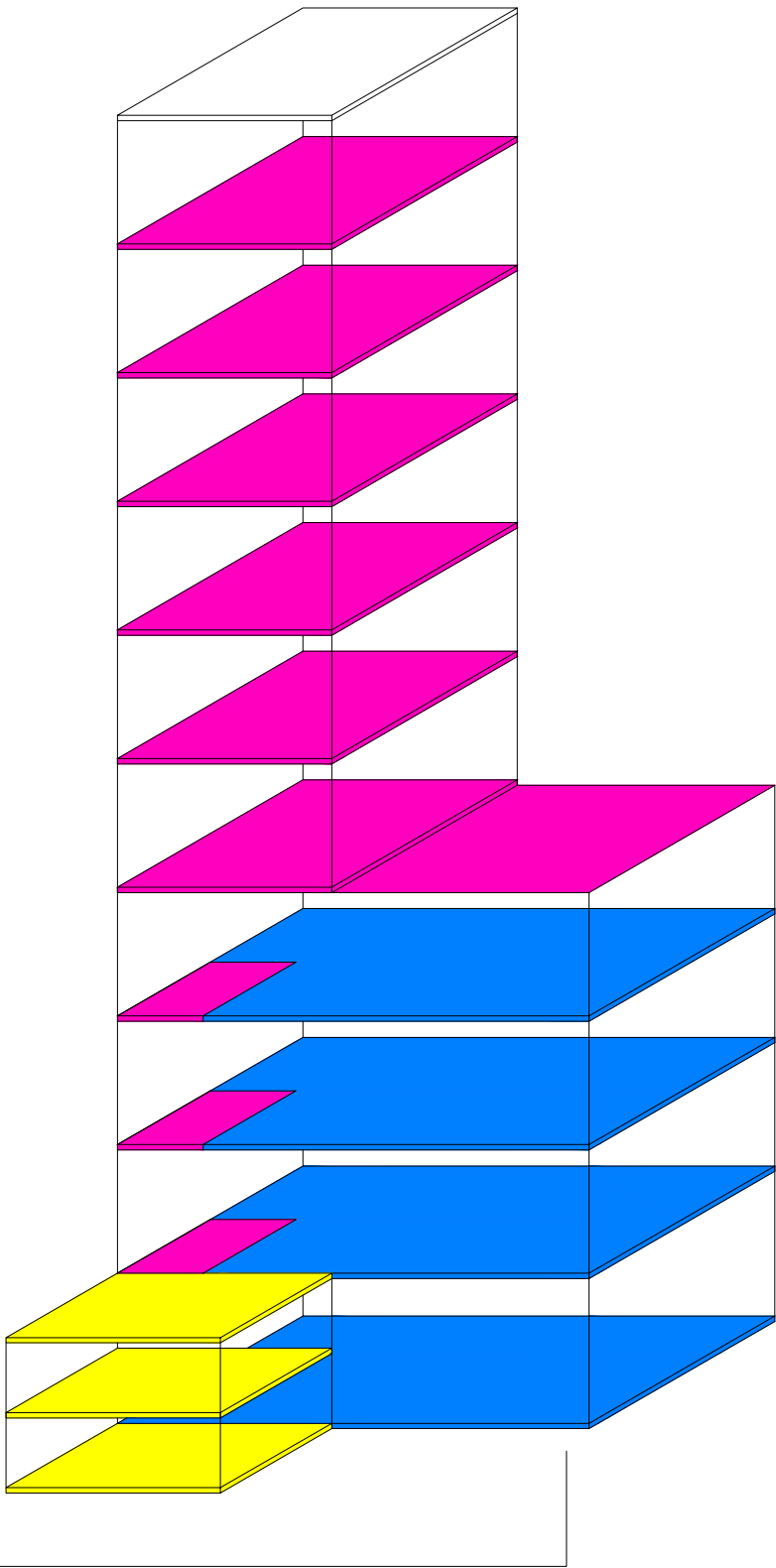
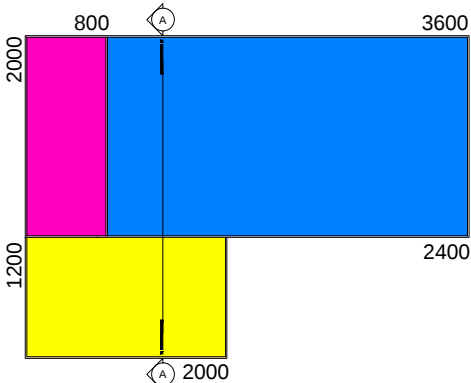


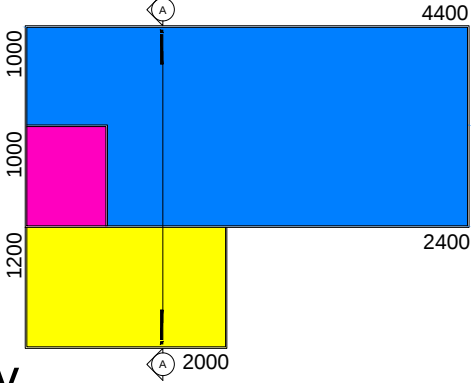
Diagrama
Sem escala

PLANTAS SETORIZADAS:

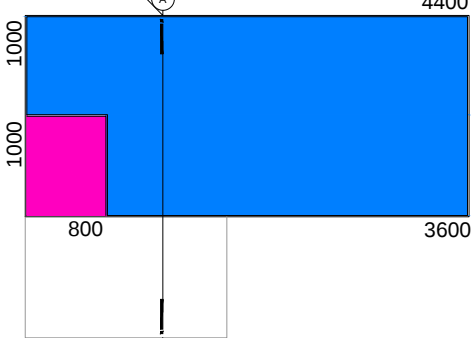
Planta | Térreo
Escala 1/750



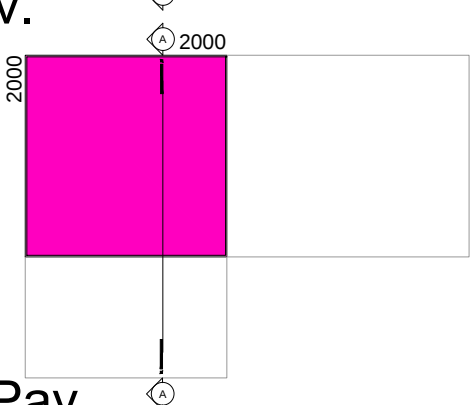
Planta | 1º e 2º Pav.
Escala 1/750



Planta | 3º e 4º Pav.
Escala 1/750



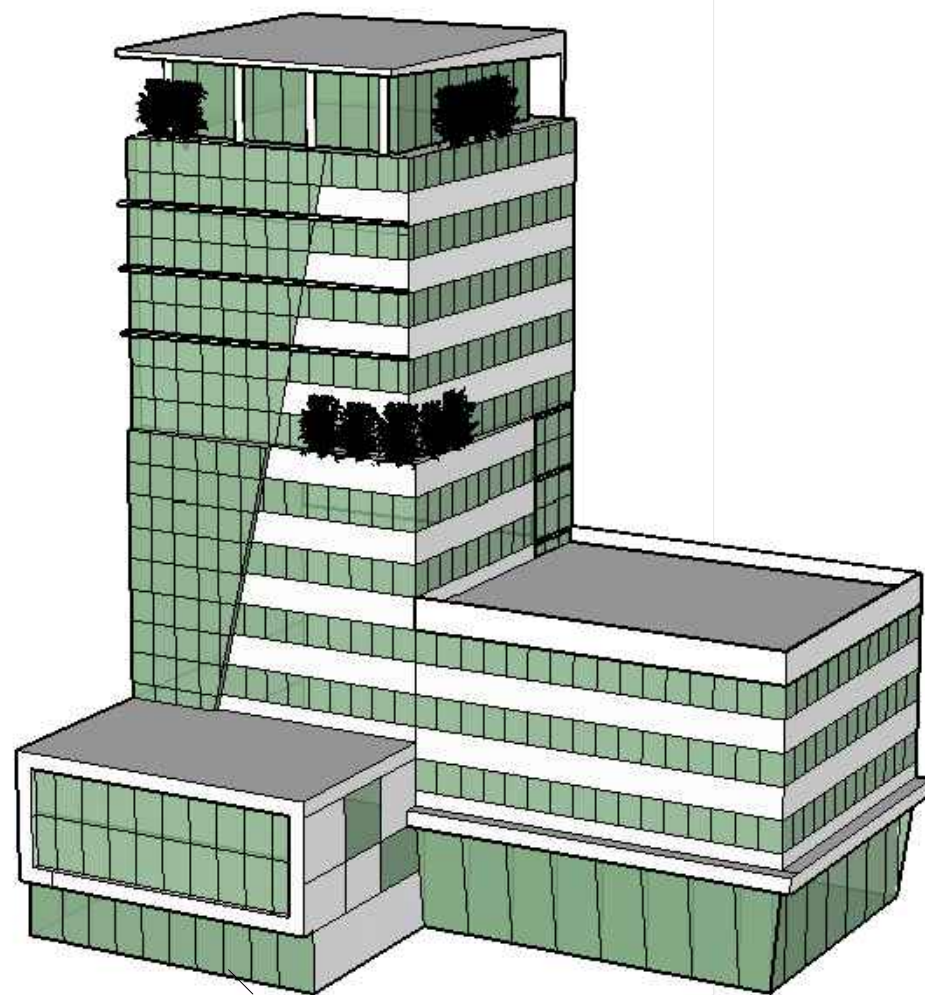
Planta | 5º ao 10º Pav.
Escala 1/750



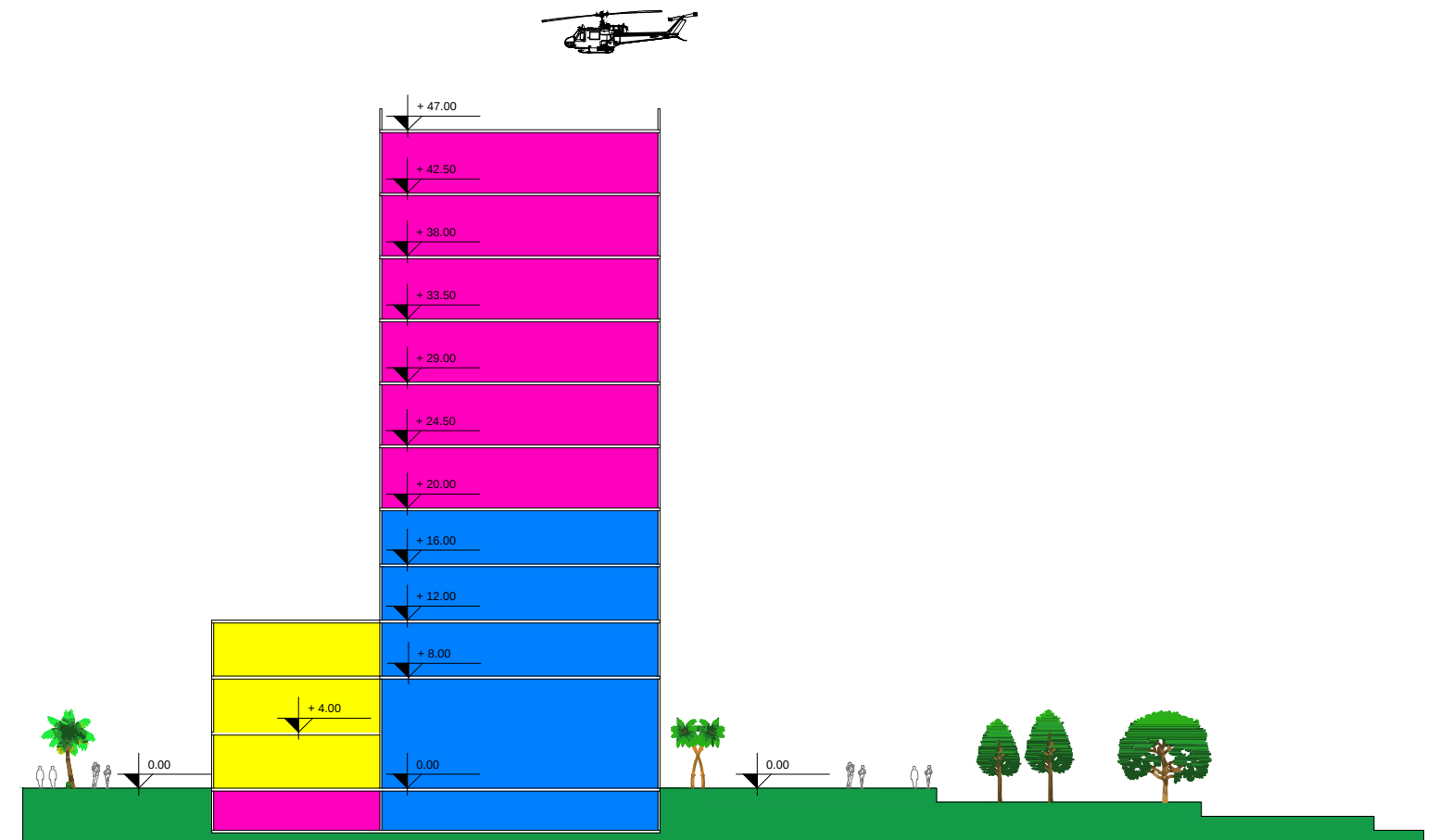
SEDE SICREDI

Espaços de desenvolvimento e experiências sociais e culturais

INTENÇÃO FORMAL:



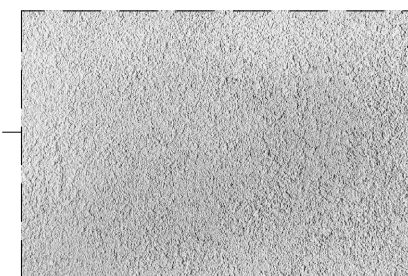
CORTE SETORIZADO:



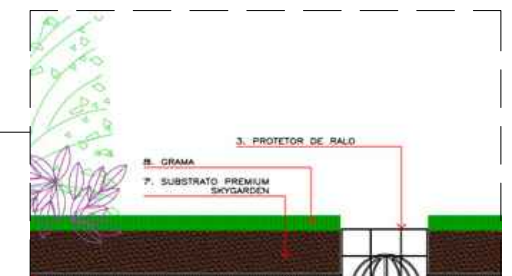
Corte AA
Escala 1/500



FECHAMENTO EM VIDRO
TOM VERDE | MARCA SICREDI



ESTRUTURA EM CONCRETO
E ALVENARIA COM PINTURA



TERRAÇO-JARDIM
TECNOLOGIA SKY GARDEN

ANEXO A – CONSULTA PRÉVIA

MUNICIPIO DE MEDIANEIRA **ESTADO DO PARANÁ**

LOCAL: Lotes 2 ao 5 da quadra 103 do quadrilátero central, no Bairro Centro, perímetro urbano da cidade do Município de Medianeira – Paraná.

A Secretaria Municipal de Governo e Planejamento através da Divisão de Planejamento Urbano de Medianeira esclarece os índices urbanísticos previstos pela Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei 382/2014, para o terreno acima citado:

Uso e Ocupação do Solo Urbano	
Zona onde o terreno se encontra	ZCSC-1 – Zona de Comércio e Serviço Central – 1
Recuos frontais	Isento de recuo
Recuos laterais (divisas com lotes)	150 cm (quando não for parede cega) e 70 cm se não for construída na divisa com parede cega. Acima de 02 pavimentos o recuo lateral com aberturas deve acrescer 20 cm por pavimento
Taxa de Ocupação (máximo)	85%
Coefficiente de Aproveitamento	5,0 (básico) e 7,0 (máximo)
Taxa de Permeabilidade (mínima)	10%
Número de Pavimentos	Até 12 pavimentos
Vaga de Estacionamento	Conferir anexo específico do Código de Edificações e Obras Lei 384/2014 (conforme atividade no local)
Atividade	Conferir anexos da Lei 382/2014 ou consultar a Seplan
Proximidade de curso d'água	Se o lote estiver situado perto de curso d'água existente na cidade, prever distância de 30 metros para novas edificações.

LOCAL: Lotes 6 ao 15 da quadra 103 do quadrilátero central, no Bairro Centro, perímetro urbano da cidade do Município de Medianeira – Paraná.

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento através da Divisão de Planejamento Urbano de Medianeira esclarece os índices urbanísticos previstos pela Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei 382/2014, para o terreno acima citado:

Uso e Ocupação do Solo Urbano	
Zona onde o terreno se encontra	ZCSC-2 Zona de Comércio e Serviço Central 2
Recuos frontais	Isento de recuo
Recuos laterais (divisas com lotes)	150 cm (quando não for parede cega) e 70 cm se não for construída na divisa com parede cega. Acima de 02 pavimentos o recuo lateral com aberturas deve acrescer 20 cm por pavimento
Taxa de Ocupação (máximo)	75%
Coefficiente de Aproveitamento	5,0 (básico) e 7,0 (máximo)
Taxa de Permeabilidade (mínima)	10%
Número de Pavimentos	Até 12 pavimentos (acima de 08 pavimentos apenas se o terreno for atendido por rede de esgoto)
Vaga de Estacionamento	Conferir anexo específico do Código de Edificações e Obras Lei 384/2014 (conforme atividade no local)
Atividade	Conferir anexos da Lei 382/2014
Proximidade de curso d'água	Se o lote estiver situado perto de curso d'água e/ ou nascente existente na cidade, prever distância de 30 e 50 metros respectivamente para novas edificações.

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**DECLARAÇÃO**

A Empresa SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ, representada neste documento pelo Sr. (a) ALDO DAGOSTIM, DIRETOR EXECUTIVO, autoriza a divulgação de informações e dados coletados em sua organização, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: SEDE SICREDI: ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS, realizado pelo (a) aluno (a) GABRIELLE DAGOSTIM, do Curso de ARQUITETURA E URBANISMO do CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ, com objetivos de publicação e/ou divulgação em veículos acadêmicos.

MEDIANEIRA, 20 de FEVEREIRO de 2018

Assinatura

ALDO DAGOSTIM - DIRETOR EXECUTIVO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ